

JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Dia 11 de dezembro de 2025



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região



**Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região
(RO/AC)**

Corregedoria Regional

Rua Almirante Barroso, 600

Porto Velho, RO

Telefone (69) 3218-6392

[https://portal.trt14.jus.br/portal/
corregedoria@trt14.jus.br](https://portal.trt14.jus.br/portal/corregedoria@trt14.jus.br)



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



Carlos Augusto Gomes Lôbo

Corregedor e Vice-Presidente do TRT da 14ª Região

Antonio César Coelho de Medeiros Pereira

Juiz Auxiliar da Corregedoria

Romário Pessoa de Oliveira

Secretário da Corregedoria

Herbert Rodrigues Lopes

Chefe do Núcleo de Atendimento e Acompanhamento de Magistrados

Ilton Sebastião Alves Pequeno

Chefe do Núcleo de Acompanhamento das Correções Regionais

Pedro Luiz Thaler Martini

Chefe da Seção de Análise e Suporte Jurídico

Aderson Rubim Ribeiro Junior

Chefe da Seção de Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados

Rosembergue Batista Santos

Assistente

Djane Muniz Lobato

Assistente

Ironey Rodrigues Távora

Assistente de Gabinete

Keite Crisóstomo Bezerra

Analista Judiciária - Área Judiciária

Carlos Eduardo Melo Santana

Estagiário de Direito

Paulo Victor Moreira de Oliveira

Estagiário de Direito



| | |
|--|-----------|
| 1. Jurisdição | 07 |
| 2. Atuação dos Magistrados | 07 |
| 2.1. Frequência dos(as) magistrados(as) na Unidade | 08 |
| 3. Carga de Trabalho e IPS | 09 |
| 3.1. Quadro de servidores | 09 |
| 3.2. Carga de trabalho e Índice de produtividade por servidor (IPS) | 10 |
| 4. Movimentação e Análise Processual | 11 |
| 4.1. Fase de Conhecimento | 11 |
| 4.1.1. Audiências | 11 |
| 4.1.1.1. Pauta de audiência | 11 |
| 4.1.1.2. Audiências designadas e realizadas | 12 |
| 4.1.1.3. Audiências designadas | 12 |
| 4.1.1.4. Audiências realizadas | 13 |
| 4.1.1.5. Domicílio judicial Eletrônico | 14 |
| 4.1.2. Taxa de produtividade | 14 |
| 4.1.3. Taxa de congestionamento | 17 |
| 4.1.4. Prazos médios | 18 |
| 4.1.5. Provimento TRT 14 ^a N° 6/2015/SCR | 19 |
| 4.1.6. Da análise de processos, por amostragem - fase de conhecimento | 19 |
| 4.1.7. Perícias | 22 |
| 4.1.7.1. Perícias realizadas e prazos | 22 |
| 4.1.7.2. Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ-JT) | 24 |
| 4.2. Fase de liquidação | 24 |
| 4.2.1. Sentenças líquidas | 25 |
| 4.3. Fase de execução | 25 |
| 4.3.1. Produtividade | 25 |
| 4.3.2. Execuções iniciadas, encerradas e pendentes | 26 |
| 4.3.3. Execuções extintas | 27 |
| 4.3.4. Prazo médio | 27 |
| 4.3.5. Análise das diretrizes contidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, nos processos de execução | 28 |
| 4.3.6. Documentos Históricos | 32 |
| 4.3.7. Demais aspectos da execução | 33 |
| 4.3.8. Expedição de Precatório Requisitórios e Requisições de Pequeno Valor - G-PREC | 33 |
| 4.3.8.1. Requisição de pequeno valor | 34 |
| 4.3.8.2. Precatórios | 34 |



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 4.3.8.3. Pendências Procedimentais e de Fluxo | 34 |
| 4.3.9. Adesão aos Editais do Leilão Judicial Unificado | 35 |
| 4.3.10. Execuções Fiscais | 35 |
| 5. Prêmio CNJ de Qualidade | 35 |
| 5.1. Aspectos importantes relacionados | 39 |
| 5.2. Controle de sobrerestamento vencido | 39 |
| 5.3. Normativo interna corporis - recomendação TRT 14 ^a N° 002/2023 | 39 |
| 5.3.1. Fase de conhecimento | 40 |
| 5.3.2. Fase de liquidação | 40 |
| 5.3.3. Fase de execução | 40 |
| 5.4. Temas de sobrerestamento - Repercussão Geral | 40 |
| 5.4.1. Julgamento e Acordos parciais | 41 |
| 5.4.2. Lançamento e atualização das parcelas de acordos | 41 |
| 6. Conciliação | 42 |
| 6.1. Percentual bruto | 42 |
| 6.2. Percentual de conciliação líquido | 44 |
| 6.3. Recomendação 72 da CGTJ | 45 |
| 7. Recursos Remetidos ao 2º grau | 45 |
| 8. Arrecadação e valores pagos aos Autores | 46 |
| 9. Prazos em Geral | 47 |
| 9.1. Prazos dos juízes | 47 |
| 9.1.1. Audiência inaugural | 49 |
| 9.1.2. Encerramento da instrução | 49 |
| 9.1.3. Prolação de sentenças e decisões | 51 |
| 9.1.4. Prazos para despachos | 52 |
| 9.1.5. Processos pendentes de solução | 53 |
| 9.2. Prazos da unidade | 53 |
| 9.2.1. Prazos para conclusão | 53 |
| 9.2.2. Prazo para cumprimento de determinações | 54 |
| 9.3. Prazos do Oficial de Justiça | 54 |
| 10. Atividades de Docência dos Magistrados(as) | 55 |
| 11. Sistema I-GEST | 55 |
| 11.1. Âmbito regional/nacional | 55 |
| 11.2. Âmbito regional | 56 |
| 12. Cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário | 56 |



RESUMO

| | |
|---|-----------|
| 12.1. Metas Nacionais para 2025 | 56 |
| 12.2. Análise Comparativa dos Quadros 43 e 44 | 57 |
| 12.3. Meta específica para justiça do trabalho | 58 |
| 12.4. Plano de Trabalho 2025 referente as Metas CNJ | 58 |
| 12.5. Monitoramento dos painéis estatísticos | 58 |
| 13. Demandas em Parceria com o Centro de Inteligência | 59 |
| 14. Compartilhamento de Experiências e Iniciativas Procedimentais | 59 |
| 15. Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade | 60 |
| 16. Programas Institucionais e Destinação de valores | 60 |
| 17. Aspectos da Lei N° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais (LGPD) | 61 |
| 18. Obrigatoriedade da Utilização do Sistema PJECOR | 61 |
| 19. Ferramenta WIKI | 61 |
| 20. Inteligência Artificial: CHAT-JT | 62 |
| 21. Do Núcleo de Cooperação Judiciária | 63 |
| 22. Registros da Unidade | 64 |
| 23. Atendimentos Realizados pelo Corregedor | 64 |
| 24. Recomendações do Corregedor Regional | 64 |
| 24.1. Recomendações ao juízo | |
| 24.2. Providências a Serem Adotadas Pela Secretaria da Corregedoria Regional | 65 |
| 24.3. Recomendações prescritivas ao juízo | 66 |
| 25. Agradecimento e Encerramento | 66 |
| 26. Informações pelo Gestor da 2^a Vara do Trabalho de Rio Branco/AC | 66 |



Dia: 11/12/2025

Horário de início: 09 horas

Vice-Presidente e Corregedor do TRT 14^a Região:
Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

Em cumprimento às disposições legais e regimentais, foram iniciados os trabalhos na 2^a Vara do Trabalho de Rio Branco/AC relativos à Correição Ordinária divulgada no Edital Nº 010/2025, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região Nº 4338/2025, em 27 de Outubro de 2025, na modalidade presencial, considerando o período de 07/06/2024 a 11/12/2025, com a participação do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Antonio César Coelho de Medeiros Pereira, do Secretário da Corregedoria Regional, em Substituição, Ilton Sebastião Alves Pequeno, demais servidores(as) da Secretaria da Corregedoria de forma remota, além do Assistente de Gabinete do Corregedor, Ironey Rodrigues Távora.

A Correição Ordinária foi comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia e do Acre, ao Ministério Público do Trabalho da 14^a Região, à AMATRA 14 e ao SINSJUSTRA, conforme expedientes anexos ao PJeCor Nº0000097-63.2025.2.00.0514. A equipe correccional foi recepcionada pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO, bem como pelo Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau em Substituição, MARCOS ROBERTO BELEM LACERDA, e demais servidores(as) lotados(as) na Unidade. Registram-se as ausências justificadas do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular RODRIGO GUARNIERI e dos servidores Victor Kalid Belarmino e Patrícia Juliana dos Santos, em virtude do gozo de férias regulares.

1. JURISDIÇÃO

JURISDIÇÃO



Com a implementação da Resolução Administrativa Nº 029, de 29 de abril de 2025, a jurisdição desta Unidade passou a compreender, a partir de 01/06/2025, os municípios Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Senador Guiomard, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri, Feijó, Tarauacá, Jordão, Plácido de Castro, Acrelândia, Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, além dos distritos dessas localidades.

2. ATUAÇÃO DOS MAGISTRADOS

ATUAÇÃO

No período abrangido pela Correição Ordinária, de 01/05/2024 a 31/10/2025, foram registrados os afastamentos do Juiz Titular RODRIGO GUARNIERI, e da Juíza Auxiliar GISELE DE FÁTIMA ZANETTE SARRO SOARES (Removida para TRT da 2^a Região em 12/07/2025 - RA N. 070/2024), bem como do Juiz PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO (lotado a partir de 26/10/2024 - Portaria GP nº 1003/2024, conforme discriminado a seguir:

JUIZ DO TRABALHO TITULAR RODRIGO GUARNIERI

| Afastamento | Início | Fim | Documento |
|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| CURSO/CONGRESSO | 05/05/2024 | 10/05/2024 | PORTARIA EJUD Nº 048/2024 |
| FOLGA DO PLANTÃO | 09/07/2024 | 12/07/2024 | Proc. 00005-22.2024.2.00.0514 |
| FÉRIAS | 15/07/2024 30/11/2024 | 18/07/2024 19/12/2024 | Proc. 000094-79.2023.2.0514 |
| FOLGA DO PLANTÃO | 21/01/2025 | 22/01/2025 | Proc. 00005-22.2024.2.00.0514 |
| CURSO/CONGRESSO | 19/05/2025 | 23/05/2025 | PORTARIA EJUD Nº 054/2025 |
| FÉRIAS (2024) | 26/06/2025 14/07/2025 | 11/07/2025 02/08/2025 | Proc. 00137-79.2024.2.00.0514 |
| FÉRIAS (2025-1) | 14/07/2025 | 02/08/2025 | Proc. 00137-79.2024.2.00.0514 |
| CURSO/CONGRESSO | 06/10/2025 | 10/10/2025 | PORTARIA EJUD N. 169/2025 |

JUÍZA DO TRABALHO AUXILIAR GISELE DE FÁTIMA ZANETTE SARRO SOARES (Removida para o TRT da 2ª Região a partir de 12/07/2024 - RA n. 070/2024)

| Afastamento | Início | Fim | Documento |
|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| FOLGA DO PLANTÃO | 02/07/2024 08/07/2024 | 04/07/2024 09/07/2024 | Proc. 00005-22.2024.2.00.0514 |

JUIZ DO TRABALHO AUXILIAR PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO (Lotado na Unidade a partir de 26/10/2024 - Portaria GP n.1003/2024)

| Afastamento | Início | Fim | Documento |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|---|
| FOLGA DO PLANTÃO | 06/03/2025 | 07/03/2025 | PRORAD N. 441/2025 |
| CURSO/CONGRESSO | 19/05/2025 | 23/05/2025 | PORTARIA EJUD N. 037/2025 |
| Licença para tratamento de saúde | 02/07/2025 | 04/07/2025 | SIGS 6053 |
| FÉRIAS | 11/08/2025 | 30/08/2025 | Proc. 00137-79.2024.2.00.0514 |
| CURSO/CONGRESSO | 01/10/2025 06/10/2025 | 05/10/2025 10/10/2025 | PORTARIA GP N. 1210/2025 PORTARIA EJUD N. 167/2025 |
| FÉRIAS | 30/10/2025 | 28/11/2025 | Proc. 00137-79.2024.2.00.0514 |

Excluídos os processos com declaração de suspeição, ao longo do intervalo correcionado, constam as seguintes atuações dos(as) Magistrados(as):

| MAGISTRADO | PERÍODO | OBJETIVO | PORTARIA |
|-----------------------------------|------------|------------|--------------------------|
| TATIANE CASELLATTO ROSALEM OLIVER | 11/12/2024 | 31/12/2024 | PORTARIA GP Nº 1365/2024 |

2.1. FREQUÊNCIA DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NA UNIDADE



O Art. 32, II, da CPGJT dispõe que é atribuição do Corregedor(a) Regional verificar a frequência do comparecimento do juiz(íza) titular, auxiliar e/ou substituto(a) na sede do Juízo.

A Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CPCGJT), atualizada pelo Provimento Nº 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2023, traz como inovação o item II do Art. 19, o qual versa sobre a possibilidade de fixação de residência em localidade diversa da comarca, cuja permissão não isenta o(a) Magistrado(a) da obrigatoriedade de se fazer presente, em suas respectivas Unidades, com periodicidade mínima de 3 (três) dias úteis semanais. À propósito do tema, mister salientar que a frequência mínima de 3 (três) dias úteis na semana permanece mandatória nas hipóteses de feriados regimentais, municipais, estaduais e/ou federais, quando assim, no quantitativo remanescente, for possível.

Com fulcro na Resolução Administrativa deste Regional Nº 010, de 28 de fevereiro de 2023, a qual dispõe sobre a atuação presencial dos(as) juízes(ízas), a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, e dá outras providências, bem como suas alterações subsequentes, resultou regulamentada a agenda dos(as) dirigentes e Juízes(ízas) dos Regionais, inclusive, no que diz respeito aos(as) Magistrados(as) volantes.



Assim, conforme deliberações ocorridas no PJeCor Nº 000032-39.2023.2.00.0514 (ID 2703006), estendeu-se a obrigatoriedade de comparecimento aos(as) Juízes(as) em atividade judicial ou administrativa, com exceção do(a) dirigente da entidade representativa de classe; dos(as) cedidos(as) a outros órgãos e dos(as) submetidos(as) ao regime especial de trabalho autorizados(as) pelo Tribunal Pleno (Resolução do CNJ Nº 343/2020).

À exceção das hipóteses acima, permanece a obrigatoriedade da presença física do(a) Juiz(íza) na Unidade Judiciária a que esteja vinculado(a) em, no mínimo, 3 (três) dias úteis semanais, a incluir os(as) volantes, conforme as diretrizes estabelecidas no PJeCOR Nº 0000032-39.2023.2.00.0514.



**Frequência dos(as)
magistrados(as)**

Nesse contexto, até o dia 20 (vinte) de cada mês, à exceção daqueles(as) submetidos(as) ao regime especial de trabalho autorizado pela Presidência (Resolução do CNJ Nº 343/2020); do(a) dirigente da entidade representativa de classe e dos(as) cedidos(as) a outros órgãos (RA Nº 093, de 20 de julho de 2023), deverão alimentar a ferramenta eletrônica institucional de forma a disponibilizar a agenda de comparecimento do mês subsequente, cujo teor é publicado, a tempo e modo, no sítio deste Tribunal.

Em consulta aos registros pertinentes, relativos aos Magistrados da Unidade, atesta-se o regular preenchimento da agenda de comparecimento, na forma do normativo em referência. Não obstante, ressalta-se que o trabalho presencial no Fórum Regional de Rio Branco/AC encontrava-se suspenso até novembro/2025, conforme Portarias GP ns 0297, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025, 0691, DE 2 DE JUNHO DE 2025 e 0834, DE 1º DE JULHO DE 2025.

Pontua-se, por oportuno, que tramitou neste Regional o PjeCor Nº 0000032-39.2023.2.00.0514, contendo proposta de regulamentação, a qual, levada à apreciação do Tribunal Pleno, resultou, à unanimidade, a revogação do Art. 1º, § 4º, da Resolução Administrativa Nº 124, de 19 de outubro de 2023, o qual dispunha acerca das hipóteses de ausência de informação em agenda de(as) Magistrados(as) e suas implicações.

No que se refere à residência, em consulta ao PjeCor de Nº 0000042-20.2022.2.00.0514, utilizado para o referido controle, acrescido de informações da Unidade, os Magistrados da Unidade residem em Rio Branco/AC.

3. CARGA DE TRABALHO E IPS



3.1. QUADRO DE SERVIDORES

No período correcionado, quando vigente a Resolução Administrativa Nº 054, de 30 de agosto de 2022, alterada pela de Nº 148 de 11 de dezembro de 2023 (Art. 6º) a estrutura organizacional da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC contava com o seguinte quadro de pessoal:

QUADRO 5 - 1

| Resolução Administrativa nº 054, de 30 de agosto de 2022, alterada pela de n. 148 de 11 de dezembro de 2023 | | | | |
|---|---|-------------------------------------|------|--------------|
| NOME | CARGO/SITUAÇÃO | CARGO/FUNÇÃO | | MODALIDADE |
| PATRICIA JULIANA DOS SANTOS | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | DIRETOR DE SECRETARIA | CJ-3 | PRESENCIAL |
| ANDERSON DA SILVA ALEXANDRE | ANALISTA JUDICIÁRIO, AREA JUDICIÁRIA | CHEFE DE PROCESSOS | FC-5 | PRESENCIAL |
| SAMARA FABIOLA DE OLIVEIRA VASCONCELOS | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | CHEFE DE PROCESSOS | FC-5 | TELETRABALHO |
| RAFAEL CHALUB BANDEIRA BEZERRA | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA | FC-5 | PRESENCIAL |
| VICTOR KALID BELARMINO | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | ASSISTENTE DE JUIZ | FC-4 | TELETRABALHO |
| FERNANDA DO NASCIMENTO FERREIRA | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA | FC-4 | TELETRABALHO |
| IVINA SANTOS DALDEGAN | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | CALCULISTA | FC-4 | PRESENCIAL |
| MARIA GORETE LIMA DE BARROS | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA | FC-2 | PRESENCIAL |
| ADRIANO CERILO DIAS | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | ASSISTENTE 2 | FC-2 | PRESENCIAL |

Com a implementação da Resolução Administrativa Nº 031, de 29 de abril de 2025, a estrutura organizacional da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC passou a contar com o seguinte quadro de pessoal:

QUADRO 5 - 2

| GABINETE DO JUIZ TITULAR DA 2ª VT DE RIO BRANCO/AC | | | | |
|--|---|---------------------------------------|------|--------------|
| NOME | CARGO/SITUAÇÃO | CARGO/FUNÇÃO | | MODALIDADE |
| PATRICIA JULIANA DOS SANTOS | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | ASSESSOR-CHEFE DE GABINETE DE 1º GRAU | CJ-1 | PRESENCIAL |
| VICTOR KALID BELARMINO | TÉCNICO JUDICIÁRIO, AREA ADMINISTRATIVA | ASSISTENTE DE JUIZ(IZA) | FC-6 | TELETRABALHO |
| MARCOS ROBERTO BELEM LACERDA | ANALISTA JUDICIÁRIO, AREA JUDICIÁRIA | ASSISTENTE DE GABINETE DE 1º GRAU | FC-5 | TELETRABALHO |

Ressalta-se que a Unidade se encontra com um claro em sua lotação.

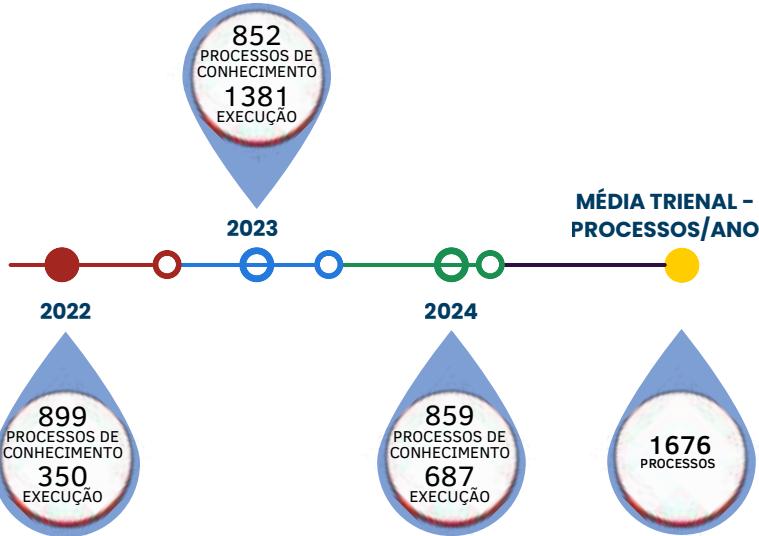
3.2. CARGA DE TRABALHO E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE POR SERVIDOR (IPS)



O referido indicador está previsto na Resolução [CNJ N° 219/2016](#) e considera o número de processos baixados e o quantitativo de servidores(as) que atuaram em cada unidade judiciária em um mesmo ano, deduzidos os afastamentos legais (com exceção de férias e do recesso regimental).

Esses dados são relevantes, pois a média de casos novos do triênio (conhecimento/execução) e dos pendentes ao final do ano, a incluir os processos na fase executória, definem a lotação ideal de cada Vara do Trabalho.

| Agrupamento | Movimentação processual média no triênio 2022/2024 |
|-------------|--|
| 1 | Com movimentação igual ou inferior a 500 processos |
| 2 | Movimentação maior que 500 processos e menor que 750 |
| 3 | Movimentação maior que 750 processos e menor que 1000 |
| 4 | Movimentação maior que 1000 processos e menor que 1500 |
| 5 | Movimentação maior que 1500 processos e menor que 2000 |



A Unidade figurou na 11^a posição das Varas de seu grupo (total de 15 unidades), baseado no último relatório disponibilizado.

4. MOVIMENTAÇÃO E ANÁLISE PROCESSUAL

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

4.1.1. AUDIÊNCIAS

Audiências



Nos termos do Art. 32, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho compete ao Corregedor Regional, durante a Correição Ordinária anual, examinar a quantidade de dias da semana nos quais se realizam audiências. Ademais, a teor do disposto nos Arts. 841 e 849 da CLT e, em caráter pedagógico, elucida-se que a liberdade para a organização da pauta deve estar vinculada a critérios de ponderação.

Tendo sempre em mira a célere entrega da prestação jurisdicional, no âmbito da Justiça do Trabalho, em que o bem jurídico perseguido é quase sempre de natureza alimentar, nos termos do Art. 5º, LXXVIII, da CF/88, as designações intermitentes, ou seja, permeadas de intervalos de inatividade devem ser evitadas, na medida do possível, assim como as sucessivas redesignações de audiências, com o propósito de manutenção da qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, o que vem sendo regularmente observado pela unidade correicionada.

4.1.1.1 PAUTA DE AUDIÊNCIA



Segundo informações da Unidade quanto a configuração da pauta semana, são realizadas, regularmente, 03 (três) audiências de instrução às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, sendo designadas, de forma eventual, audiências de conciliação, além da pauta regular de segunda a sexta-feira.

Das audiências realizadas ao longo do período compreendido de 01/05/2024 a 31/10/2025, num total de 2.201 (duas mil duzentas e uma), 127 (cento e vinte e sete) foram realizadas de forma presencial, o que corresponde a 5,77%, e 2.074 (duas mil e setenta e quatro) em formato telepresencial, representativos do percentual de 94,23%.

Ad cautelam, reitera-se aos(as) Magistrados(as) e demais gestores(as) a necessidade de observância dos comandos insertos no Procedimento de Controle Administrativo Nº 0002260-11.2022.2.00.0000 e na Resolução Nº 354/2020 do CNJ, além das normas de regência *interna corporis*.

Ademais, faz-se necessária a apuração da periodicidade das audiências para verificação do atendimento às normas disciplinadoras. Referida análise está disponível na planilha “Audiências por semana”, aferível no *QR Code* e *link* abaixo:

**Audiências no período de
01/05/2024 a 31/10/2025**
[LINK](#)

Observa-se que a pauta é composta por audiências iniciais, de instrução, unas e de conciliação, consoante descrição supra.

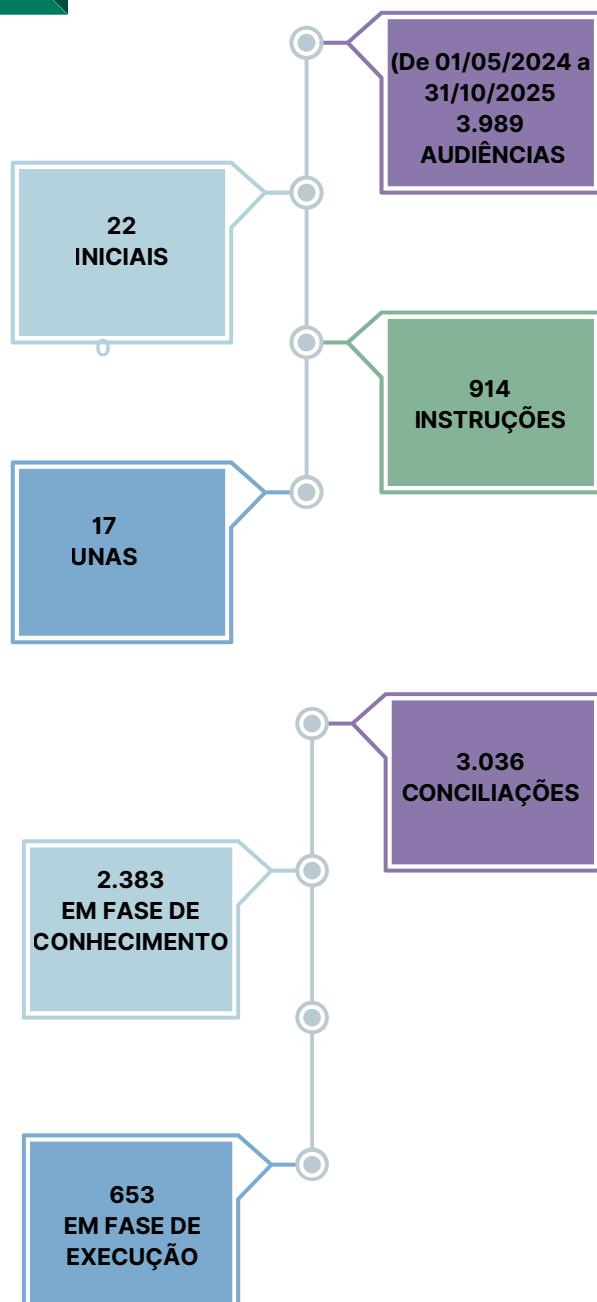


4.1.1.2 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS E REALIZADAS



No pertinente ao número de audiências designadas, especificamente no período em correição (01/05/2024 a 31/10/2025), a Unidade apresentou os seguintes dados: foram designadas 3.989 (três mil novecentas e oitenta e nove) audiências, sendo 22 (vinte duas) iniciais, 914 (novecentas e quatorze) instruções, 17 (dezessete) Unas e 3.036 (três mil e trinta e seis) conciliações; destas últimas, 2.383 (duas mil trezentas e oitenta e três), em fase de conhecimento e, 653 (seiscentas e cinquenta e três), em execução.

4.1.1.3 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS



4.1.1.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Foram realizadas 2.201 (duas mil duzentas e uma) audiências, sendo 2 (duas) iniciais, 686 (seiscentas e oitenta e seis) instruções, 26 (vinte e seis) Unas e 1.487 (mil quatrocentas e oitenta e sete) conciliações; destas últimas, 1.166 (mil cento e sessenta e seis), na fase de conhecimento e, 321 (trezentas e vinte e uma), na de execução.



A partir da implementação do processo de equalização, disciplinado na Resolução Administrativa Nº 031, de 29 de abril de 2025, ocorrido em 01 de junho de 2025, apurou-se o seguinte quantitativo de audiências realizadas pelos magistrados:

QUADRO 6

| MAGISTRADO | Quantidade de Magistrados (Exceto Volantes) | Período de Referência: 01/06/2025 a 31/10/2025 | | | | | | Média Semanal de Audiências Considerando a Quantidade de Magistrados (Aprox.) |
|--------------------------------------|---|--|-----------|-------|-------------|------------------|-------|---|
| | | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | Total Realizadas | | |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 2 | 0 | 173 | 2 | 387 | 562 | 12,86 | |
| POLO REGIONAL | 13 | 322 | 1.306 | 167 | 2.620 | 4.415 | 15,54 | |
| TRIBUNAL | 48 | 1.618 | 5.340 | 1.800 | 9.027 | 17.785 | 16,95 | |



4.1.1.5 DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO

Atualmente é atribuição da Secretaria Unificada providenciar a intimação e notificação das partes, o que pode também ser realizado pela Vara do Trabalho interessada.

Nesse contexto, a Unidade informou que *“antes das notificações iniciais passarem a ser expedidas pela Secretaria Unificada do Polo Regional (Divisão de Conhecimento), a unidade expedia a comunicação pelos Correios e também via domicílio eletrônico, pois nem todas as notificações enviadas pelo domicílio eletrônico retornavam com confirmação de leitura. O meio mais utilizado era o telegrama, considerando que nem todas as empresas/partes possuem domicílio eletrônico.”*

Outrossim, verificou-se que, em casos excepcionais, a Vara do Trabalho expede notificações via Oficial de Justiça quando os Correios não localizam a parte ou se trata de localidade não abrangida por seus serviços, a exemplo de área rural.

O Domicílio Judicial Eletrônico (DJe) foi criado pela Resolução CNJ Nº 234/2016 e hoje é disciplinado pela [Resolução CNJ Nº 455/2022](#). Segundo a norma em vigor, trata-se de uma ferramenta que concentra num único local todas as citações e intimações pessoais (Art. 18), e que está plenamente integrada ao Portal de Serviços do Poder Judiciário – Jus.br (Art. 3º, III).

Por esta razão, a Resolução CNJ Nº 455/2022 previu o Domicílio Judicial Eletrônico como sendo de utilização obrigatória pelos tribunais e reiterou o cadastro obrigatório de todos os entes e empresas públicas e privadas (Art. 15, parágrafo único, e Art. 16). O cadastramento obrigatório já foi concluído.

Nesse contexto específico, a utilização da sistemática do Domicílio Judicial Eletrônico, embora instrumento legítimo e importante no ecossistema de comunicações processuais, mostra-se, para a finalidade aqui considerada, contraproducente. Em especial, porque a dinâmica desse meio eletrônico, via de regra, sujeita-se a prazos de ciência mais elastecidos e a ciclos operacionais que, comparados às diligências locais de curta distância, prolongam a efetiva comunicação dos atos. O resultado prático, portanto, é a ampliação do lapso entre a emissão do ato e a sua consumação jurídica, em contraste com a solução presencial rápida no âmbito da Unidade.

Nessa moldura, o Domicílio Judicial Eletrônico permanece como alternativa útil em hipóteses específicas que demandem padronização ampla, comunicação a destinatários fora da circunscrição imediata, mas não como meio preferencial para as situações ordinárias de curta distância tratadas por esta unidade.

4.1.2 TAXA DE PRODUTIVIDADE



Com base nas informações prestadas pela Secretaria da Vara e nos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão, obtém-se os seguintes dados processuais, em relação à produtividade, na fase de conhecimento:

QUADRO 7

| Produtividade – Fase de Conhecimento | | | | | | |
|--|-------------------|---------------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------------|
| | [A] Remanescentes | [B] Recebidos | [C] Redistribuídos para outras unidades | [D] Solucionados no período | [E] Pendentes de Solução | [F] Produtividade |
| 2023 | 141 | 854 | 49 | 753 | 195 | 75,68% |
| 2024 | 195 | 860 | 42 | 864 | 151 | 81,90% |
| 01/05/2024 a 31/10/2025 | 188 | 1301 | 30 | 1289 | 99 | 86,57% |
| 01/06/2025 a 31/10/2025 | 152 | 268 | 26 | 295 | 99 | 70,24% |
| Cálculo da Produtividade: [F] = (100 x [D]) ÷ ([B] + [A] - [C]) | | | | | | |

QUADRO 8

| Produtividade – Fase de Conhecimento mês a mês | | | | | | |
|--|-------------------|---------------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------------|
| | [A] Remanescentes | [B] Recebidos | [C] Redistribuídos para outras unidades | [D] Solucionados no período | [E] Pendentes de Solução | [F] Produtividade |
| Janeiro/2025 | 151 | 67 | 1 | 66 | 151 | 30,28% |
| Fevereiro/2025 | 151 | 150 | 33 | 80 | 188 | 26,58% |
| Março/2025 | 188 | 68 | 5 | 61 | 190 | 23,83% |
| Abril/2025 | 190 | 76 | 3 | 119 | 144 | 44,74% |
| Maio/2025 | 144 | 89 | 5 | 76 | 152 | 32,62% |
| Junho/2025 | 152 | 51 | 7 | 53 | 143 | 26,11% |
| Julho/2025 | 143 | 57 | 3 | 76 | 121 | 38,00% |
| Agosto/2025 | 121 | 53 | 7 | 59 | 108 | 33,91% |
| Setembro/2025 | 108 | 60 | 6 | 67 | 95 | 39,88% |
| Outubro/2025 | 95 | 47 | 3 | 40 | 99 | 28,17% |
| Novembro/2025 | 99 | 45 | 1 | 27 | 116 | 18,75% |
| Cálculo da Produtividade: [F] = (100 x [D]) ÷ ([B] + [A] - [C]) | | | | | | |

Fonte: Relatório Gerencial Sistema e-Gestão Nacional no dia 22/10/2025 → Pastas Públicas → TRT14ª Região → relatórios Gerenciais → Das Varas do Trabalho → Fase de Conhecimento → Produtividade

QUADRO 9

| TAXA DE PRODUTIVIDADE | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|---|--------|--------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 75,68% | 81,90% | 86,57% | 70,24% |
| POLO REGIONAL | 82,34% | 82,04% | 83,06% | 63,60% |
| MÉDIA DO TRIBUNAL | 81,68% | 83,19% | 83,10% | 67,62% |

A 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC registrou uma Taxa de Produtividade notável na Fase de Conhecimento, alcançando 86,57% no período de 01/05/2024 a 31/10/2025. A capacidade de gestão do fluxo processual é confirmada pela razão de Processos Solucionados por Recebidos (S/R) que atingiu 99,08% no mesmo interregno.

No entanto, a Resolução Administrativa Nº 031/2025, ao promover a equalização da força de trabalho, impactou diretamente os índices de produtividade, que registraram uma aparente redução para 70,24% no período pós-equalização (01/06/2025 a 31/10/2025). Ressalte-se, contudo, que, a referida aparente redução é decorrente da diminuição na distribuição de processos nesse intervalo, mantendo a unidade, não obstante, desempenho superior ao do Polo Regional (63,60%) e ao do Tribunal (67,62%).

O acompanhamento da produtividade mensal, conforme demonstrado no Quadro 6, evidencia oscilações significativas ao longo do exercício, com índices notadamente inferiores nos meses de março (23,83%) e novembro de 2025 (18,75%).

Ainda com base nos mesmos dados, apurou-se o seguinte em relação à movimentação processual da Unidade:

QUADRO 10

| Movimentação Processual – Conhecimento | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|--------|---------|-------------------------|-------------------------|
| Processos Recebidos | 854 | 860 | 1301 | 268 |
| Processos Solucionados | 753 | 864 | 1289 | 295 |
| Solucionados por Recebidos | 88,17% | 100,47% | 99,08% | 110,07% |

Fonte: Relatório Gerencial Sistema e-Gestão Nacional → Pastas Públicas → TRT14ª Região → Relatórios Gerenciais → Das Varas do Trabalho → Fase de Conhecimento → Produtividade

A análise da Movimentação Processual aponta que a razão de Processos Solucionados por Recebidos (S/R) foi de 99,08% no período geral (01/05/2024 a 31/10/2025). Destaca-se que no recorte pós-equalização (01/06/2025 a 31/10/2025), a Unidade alcançou um índice S/R de 110,07% (295 solucionados para 268 recebidos), demonstrando alta eficácia na gestão do acervo e na resposta à demanda processual.

4.1.3 TAXA DE CONGESTIONAMENTO



QUADRO 11

| TAXA DE CONGESTIONAMENTO | | | | | |
|--------------------------|----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------------|-------------|
| | [A] Remanescentes | [B] Casos novos | [C] Baixados | [D] Pendentes de solução | [E] Taxa |
| 2023 | 273 | 807 | 809 | 267 | 24,81% |
| 2024 | 267 | 819 | 889 | 194 | 17,91% |
| 01/05/2024 - 31/10/2025 | 260 | 1173 | 1321 | 131 | 9,02% |
| 01/06/2025 a 31/10/2025 | 198 | 620 | 704 | 131 | 15,69% |

Cálculo da taxa de congestionamento: $E = \{(D)/(C+D)\} \times 100$

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão → TRT14ª Região → 1ª → Instância → 3-Relatórios Gerenciais → Varas do Trabalho → Conhecimento → Diversos → Movimentação Processual Por Região Judiciária → Taxa de Congestionamento novo.

QUADRO 12

| TAXA DE CONGESTIONAMENTO | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--------------------------------------|--------|--------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 24,81% | 17,91% | 9,02% | 15,69% |
| POLO REGIONAL | 19,88% | 21,6% | 15,31% | 22,92% |
| MÉDIA DO TRIBUNAL | 19,26% | 19,91% | 15,53% | 23,81% |

Taxa de Congestionamento: $[(pendentes de baixa)/(baixados+pendentes de baixa)] \times 100$

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC alcançou 9,02% no período de 01/05/2024 a 31/10/2025, conforme os componentes A=260, B=1173, C=1321 e D=131. No recorte pós-equalização (01/06/2025 a 31/10/2025), os parâmetros foram A=198, B=620, C=704 e D=131, resultando em 15,69%.

A elevação da taxa de congestionamento verificada no período pós-equalização não reflete o impacto imediato da redução de distribuição processual ocorrido a partir de junho/2025, quando houve significativa redistribuição de carga entre as unidades. Tal variação, contudo, não representa comprometimento da eficiência ou da regularidade processual, mas sim um efeito transitório de adaptação à nova realidade de trabalho.

De acordo com o Quadro 10, a unidade manteve desempenho superior aos parâmetros institucionais, situando-se em patamar abaixo da Média do Tribunal (23,81%) e do Polo Regional (22,92%), o que evidencia controle efetivo do acervo e excelente capacidade de resposta jurisdicional.

Ressalta-se que a Vara vem adotando rotinas contínuas de saneamento e priorização de conclusos, o que projeta a manutenção de baixos índices de congestionamento nos meses subsequentes. Assim, conclui-se que a unidade mantém regularidade na tramitação e eficiência na gestão do acervo, mesmo diante do aumento temporário da demanda processual.

4.1.4 PRAZOS MÉDIOS



Neste tópico, será analisado o desempenho da Unidade em relação aos prazos médios praticados na fase de conhecimento, observando-se os padrões verificados pelas correções do e.TST.

QUADRO 13

| PRAZOS MÉDIOS (dias) | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|-------|-------|-------------------------|-------------------------|
| do ajuizamento da ação até a prolação da sentença | 80,83 | 79,72 | 68,71 | 68,79 |
| do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência | 31,32 | 25,97 | 20,66 | 18,61 |
| da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução | 46,93 | 52,13 | 43,06 | 42,42 |
| da conclusão até a prolação da sentença | 14,68 | 13,30 | 12,71 | 19,14 |

Fonte: Novo Portal e-Gestão → Outras Informações- Prazos Médios- Prazos Médios de 1º Grau- Tabela de Resumo // No demais - antigo e-gestão → 1ª instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 4 - Prazos médios - A.4.1 e A.4.2 → Por etapas da fase de Conhecimento e Região Judiciária/ 1ª instância - Relatórios Resumo - k. Prazos Médios - k.1 - Fase de Conhecimento -K.1.1 - A partir do ajuizamento da ação.

Os indicadores de temporalidade confirmam a celeridade como uma marca da Unidade. No período pós-equalização, o prazo médio "do ajuizamento da ação até a prolação da sentença" foi de 68,79 dias. Destaca-se, sobremaneira, a agilidade na etapa inicial, com o prazo "do ajuizamento até a 1ª audiência" fixado em apenas 18,61 dias, garantindo o rápido acesso do jurisdicionado à justiça. Observa-se, contudo, uma leve elevação no prazo "da conclusão até a prolação da sentença", que registrou 19,14 dias no pós-equalização, frente a médias anteriores mais baixas (12,71 dias em 2024), ponto que, embora não comprometa a celeridade global, merece acompanhamento.

QUADRO 14

| PRAZOS MÉDIOS do ajuizamento da ação até a sentença (dias) | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|-------|-------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 80,83 | 79,72 | 68,71 | 68,79 |
| POLO REGIONAL | 79,65 | 79,71 | 74,18 | 77,71 |
| MÉDIA DO TRIBUNAL | 67,15 | 65,41 | 66,44 | 70,36 |

Fonte: Novo Portal e-Gestão → Outras Informações → Prazos Médios- Prazos Médios de 1º Grau → Tabela de Resumo → Fonte: No demais - antigo e-gestão → 1ª instância → Relatórios Resumo → k. Prazos Médios → k.1 - Fase de Conhecimento → K.1.1 - A partir do ajuizamento da ação.

Contextualizando o desempenho, o prazo total de ajuizamento à sentença da Unidade (68,79 dias) permanece mais célere do que a média do Polo Regional (77,71 dias) e do Tribunal (70,36 dias). A consistência histórica desses números, que se mantêm estáveis em relação ao período anterior (68,71 dias), reforça a previsibilidade e a segurança jurídica proporcionadas pela Unidade.

Os dados consolidados confirmam boa gestão de pauta, regularidade de audiências e efetividade na prolação das sentenças, assegurando a razoável duração do processo e reafirmando a eficiência e previsibilidade da tramitação processual da unidade.

4.1.5 PROVIMENTO TRT14^a N° 6/2015/SCR

QUADRO 15

| Processo | Encerramento da Instrução | Conclusão | Dias |
|---------------------------|---------------------------|------------|------|
| 0000270-93.2025.5.14.0402 | 08/05/2025 | 08/05/2025 | 0.0 |
| 0000276-03.2025.5.14.0402 | 08/05/2025 | 08/05/2025 | 0.0 |
| 0000321-41.2024.5.14.0402 | 18/06/2024 | 18/06/2024 | 0.0 |
| 0000461-75.2024.5.14.0402 | 19/06/2024 | 19/06/2024 | 0.0 |
| 0000663-52.2024.5.14.0402 | 14/10/2024 | 14/10/2024 | 0.0 |
| 0000689-50.2024.5.14.0402 | 07/10/2024 | 07/10/2024 | 0.0 |
| 0001004-78.2024.5.14.0402 | 01/04/2025 | 01/04/2025 | 0.0 |
| 0000233-03.2024.5.14.0402 | 22/05/2024 | 23/05/2024 | 1.0 |
| 0000249-20.2025.5.14.0402 | 21/07/2025 | 22/07/2025 | 1.0 |
| 0000857-52.2024.5.14.0402 | 27/11/2024 | 28/11/2024 | 1.0 |
| Média | - | - | 0.3 |



PROVIMENTO TRT14^a N.
6/2015/SCR

A verificação por amostragem atesta o alto grau de aderência da Unidade ao Provimento TRT14^a N° 6/2015/SCR. A média de tempo entre o encerramento da instrução e a conclusão para sentença foi de irrelevantes 0,3 dias. A análise individualizada dos autos revelou que a maioria dos processos é conclusa no mesmo dia, com três ocorrências de atraso mínimo de 1 dia (Processos 0000233-03, 0000249-20 e 0000857-52).

4.1.6 DA ANÁLISE DE PROCESSOS, POR AMOSTRAGEM - FASE DE CONHECIMENTO



Ao analisar o cumprimento do Provimento TRT14^a N° 6/2015/SCR, que determina aos(as) Magistrados(as) e Assessores(as)-Chefes de Gabinetes de 1º Grau, que, após o encerramento da instrução, procedam à imediata conclusão dos processos para sentença, verificou-se, a partir de uma amostra de 10 (dez) processos pesquisados aleatoriamente, que a Unidade está cumprindo a norma parcialmente.

a) Conversão em diligência

A Unidade Correcionada promoveu 15 (quinze) conversões em diligência durante o período correcionado, com observância ao disposto no Art. 31, §2º e §3º, CPCGJT, por amostragem os seguintes processos:



0000227-93.2024.5.14.0402; 0000325-78.2024.5.14.0402;
0000775-21.2024.5.14.0402; 0000694-72.2024.5.14.0402;
0000988-27.2024.5.14.0402; 0000064-79.2025.5.14.0402;
0000049-13.2025.5.14.0402; 0000401-68.2025.5.14.0402.

Ressalta-se que a Secretaria da Corregedoria mantém controle mensal acerca das conversões em diligência, as quais são procedidas no PJeCor N° 0000005-85.2025.2.00.0514, cabendo à Unidade informar nos autos ocorrências desse jaez, conforme determinado no Capítulo III, Art. 127 do Provimento Geral Consolidado - PGC do e. Regional.

b) Prioridade de Julgamento

Em relação aos processos que tenham por objeto pretensões decorrentes de acidente de trabalho e/ou parte idosa, vê-se que a Unidade preza pelo seu cumprimento, na medida em que há indicação de alerta quanto à prioridade de tramitação de ações dessa natureza. A exemplo, citam-se os processos abaixo:



0000161-21.2021.5.14.0402; 0001154-79.2012.5.14.0402;
0000240-58.2025.5.14.0402; 0000774-51.2015.5.14.0402;
0001537-57.2012.5.14.0402; 0000473-65.2019.5.14.0402;
0000803-43.2011.5.14.0402; 0000852-40.2018.5.14.0402.

Acidente de Trabalho, Pessoa com Deficiência/Idoso/Pessoa com Doença Grave/Trabalho Escravo

c) Exame dos pressupostos de admissibilidade recursal

Apurou-se que o Juízo tem observado o disposto no Art. 114 da CPCGJT, pois realizou o necessário exame dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos, segundo se observa, por amostragem, nos autos dos processos elencados abaixo:



0000688-65.2024.5.14.0402; 0000133-53.2021.5.14.0402;
0000895-98.2023.5.14.0402; 0000597-09.2023.5.14.0402;
0000825-47.2024.5.14.0402; 0000640-09.2024.5.14.0402;
0000709-41.2024.5.14.0402; 0000938-98.2024.5.14.0402.

d) Liberação dos depósitos recursais

Foram localizados processos que se enquadram no Art. 120, I, da CPCGJT e das diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa Nº 36 do e.TST. Os referidos normativos recomendam a pronta liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, independentemente de requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, prosseguindo a execução depois pela diferença.



0000762-22.2024.5.14.0402; 0000410-64.2024.5.14.0402;
0000333-21.2025.5.14.0402.

e) Expedições de alvarás judiciais e respectiva comunicação ao executado

Em consulta ao acervo processual da unidade, verifica-se que a unidade atente aos ditames do Art. 116, § 1º do CPCGJT.



0000142-07.2024.5.14.0403; 0000104-95.2024.5.14.0402;
0000093-69.2024.5.14.0401; 0000567-37.2024.5.14.0402;
0001150-42.2012.5.14.0402; 0000018-32.2021.5.14.0402.

Ademais, neste particular, apurou-se que a Unidade tem como rotineira a prática de expedição de alvarás de forma exclusivamente eletrônica, com utilização das funcionalidades SIF e SISCONDJ. Nesse sentido, quanto desatualizadas as últimas informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal (o que reclama reiteração desses elementos, pela Secretaria da Corregedoria, perante a Divisão de Apoio do PJe deste e. Regional), nos autos do PJeCor Nº 0000024-62.2023.2.00.0514, extrai-se que a Unidade, ora em correição, expediu, até janeiro de 2025 (ID 5562104), 100% dos alvará referente a depósitos vinculados à Caixa Econômica Federal de forma eletrônica.

No que concerne aos depósitos realizados junto ao Banco do Brasil, conforme as informações constantes no documento de ID 4310626, no período de maio de 2023 a abril de 2024, foram expedidos 2.150 alvarás em formato eletrônico e 1.825 em formato físico.

f) Regular intimação do MPT

Após a realização de consulta, constatou-se que, a exemplo do verificado nos processos abaixo, a Unidade cumpre a orientação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a exigir a regular intimação do Ministério Público do Trabalho, em atenção ao disposto nos Artigos 176, 177 e 178 do CPC/2015.



0075100-60.2007.5.14.0402; 0000516-89.2025.5.14.0402;
0000842-83.2024.5.14.0402; 0000941-53.2024.5.14.0402.

g) Processos extintos sem resolução do mérito:

Em consulta ao painel estatístico da Corregedoria (<https://portal.trt14.jus.br/portal/corregedoria/extintos-sem-resolucao-merito>), apurou-se que o Juízo tem observado o disposto no Art. 3º do PROVIMENTO Nº 05/GCGJT, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

No período de agosto de 2024 a agosto de 2025, a unidade não ultrapassou o limite de 10% (dez por cento) de processos solucionados sem resolução do mérito, alcançando o índice de 5,51%. Ademais, ao se considerar apenas o período posterior à edição do Provimento — de janeiro a outubro de 2025 — tem-se um percentual de extinções sem resolução do mérito de 3,68%.

Outrossim, após análise por amostragem de processos extintos sem resolução do mérito, não se identificaram casos de extinção fora das hipóteses previstas no PROVIMENTO Nº 05/GCGJT, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

Nos termos do Art. 1º do PROVIMENTO Nº 05/GCGJT/2024, incumbe aos(as) Magistrados(as) valorizar a análise do mérito das demandas trabalhistas, como instrumento de efetividade da prestação jurisdicional e de entrega do bem da vida, e adotar, sempre que possível, providências de saneamento das questões processuais, com determinação para emenda da petição inicial ou correção de deficiências ou de cessação de inércia da parte por petições intercorrentes, a fim de evitar extinções sem julgamento do mérito precoces que ensejam a repositura das demandas.

Nesse sentido, as Corregedorias Regionais devem monitorar e apurar anomalias na solução de processos por extinção sem julgamento do mérito que destoem dos parâmetros médios regionais, especialmente inerentes às peculiaridades da prática processual e da realidade socioeconômica, que estejam identificadas no “Item 90.046” (“Extintos sem resolução de mérito” genérico, pelos incisos I a VII e IX a X do Art. 485 do CPC) da regra de negócios do eGestão.

h) Processos com prazos elastecidos:

Da análise do acervo, verificou-se processos na fase de conhecimento, com prazos mais acentuados, capazes de influenciar negativamente no prazo médio da Unidade e, consequentemente, do Regional.

A título de exemplo, aponta-se, nessa circunstância, 02 (dois) processos, extraídos do sistema e-Gestão (1ª Instância - Relatórios de Resumo - Prazos Médios - Fase de Conhecimento - K.1.1 - A partir do ajuizamento da ação - item “C” - Do Ajuizamento da Ação Até a Prolação da Sentença), conforme seguem:

1

0000737-09.2024.5.14.0402

Ajuizamento da ação: 03/09/2024

Sentença proferida em 23/06/2025

TOTAL = 293 dias

2

0000885-20.2024.5.14.0402

Ajuizamento da ação: 31/10/2024

Sentença proferida em 29/06/2025

TOTAL = 241 dias

4.1.7 PERÍCIAS

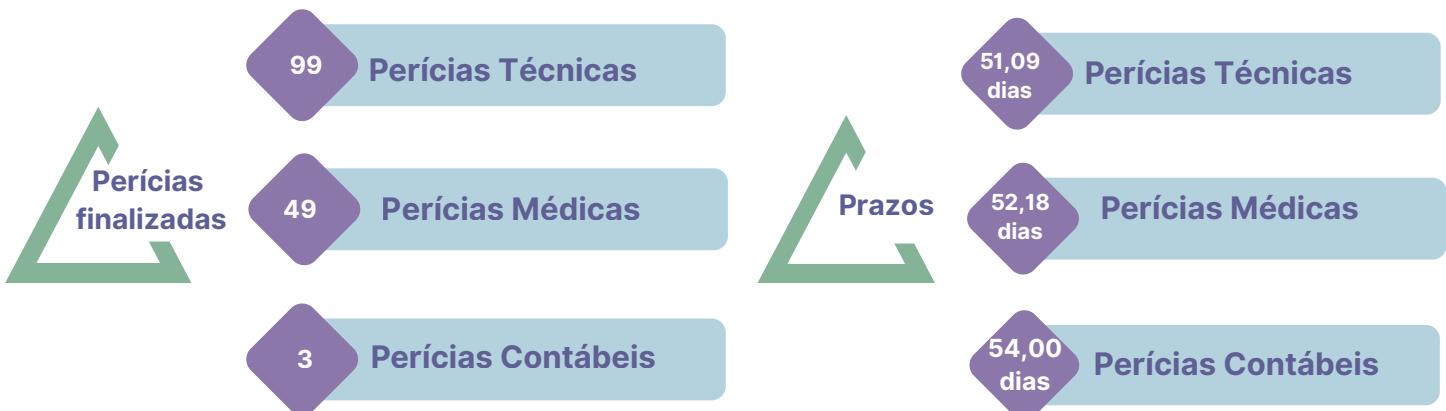


4.1.7.1 PERÍCIAS REALIZADAS E PRAZOS

Nos quadros abaixo, há um comparativo das quantidades de perícias (técnicas, médicas e contábeis) do referido período correicionado e do período referente à correição anterior.



**Período Correcional
(01/05/2024 a 31/10/2025)**



Ressalta-se que, no período ora em análise (01/05/2024 a 31/10/2025), em consulta realizada na nova ferramenta disponível no Pje - “Relatórios Gerenciais - Menu relatórios - Perícias - perícias finalizadas” - foram finalizadas 151 cento e cinquenta e uma) perícias, sendo 99 (noventa e nove) técnicas, 49 (quarenta e nove) médicas e 3 (três) contábil, totalizando a média mensal de 8 (oito).

No tocante ao prazo extraído da equação “da nomeação do expert e a entrega do laudo”, verifica-se que houve um decréscimo do prazo na perícia técnica de 80,8 para 51,09 dias e na médica de 79,80 para 52,18, e um acréscimo na contábil de 9,0 para 54,00 dias.

Destaca-se, por oportuno, que, em consulta realizada no dia 05/11/2025, no sistema do Pje - “Relatórios Gerenciais - Menu relatórios - Perícias - Perícias Pendentes”, detectaram-se 19 (dezenove) processos com perícias pendentes, na forma do QR Code e link ao lado. Foram localizados 3 (três) processos com prazos superiores a 100 (cem) dias e 4 (quatro) com prazos acima de 200 (duzentos) dias.



PERÍCIAS PENDENTES

Apenas para fins de registro, deixa-se explícito que o controle das perícias é de atribuição da Secretaria Unificada.

4.1.7.2 SISTEMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (AJ-JT)



A Resolução Administrativa do TRT N° 088, de 26 de novembro de 2020, torna obrigatória a utilização do Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ-JT), em conformidade com a Resolução CSJT N° 247, de 25 de outubro de 2019.

Por ocasião da formalização do PROAD para solicitação de pagamento dos honorários periciais, os(as) servidores(as) das Varas do Trabalho deverão promover a juntada de todas as peças necessárias elencadas na Portaria GP N° 0750 25/08/2022, além da solicitação de quitação [validada pelo(a) Juiz(íza)], devidamente expedida pelo sistema SIGEO/JT até o valor limite permitido, de modo a evitar atrasos e trâmites administrativos desnecessários.

No concernente à Unidade ora em correição, em consulta realizada no dia 21/11/2025, verificou-se a existência de 2 (dois) PROADs de requisições de honorários periciais, pendentes de cumprimento de diligência, quais sejam: 4767/2025 (desde 28/08/2025) e 7334/2023 (desde 12/12/2023).

Durante o período correcionado, verificou-se a autuação de 50 (cinquenta) PROADs, com solicitação de pagamento de honorários periciais, dos quais 26 (vinte e seis) retornaram por insuficiência de documentação.

Considerando tratar de atribuição da Secretaria Unificada, destaque-se essa informação, por meio de Memorando para aquele setor.

4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO



Em relação à fase de liquidação, extrai-se o quadro analítico abaixo:

QUADRO 16

| MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|--------|--------|-------------------------|-------------------------|
| Liquidações iniciadas | 394,00 | 688,00 | 958,00 | 222,00 |
| Prazo Médio - do início até o encerramento da liquidação | 369,06 | 63,35 | 81,69 | 131,22 |

Fonte: Portal e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Resumo → C → C.01 → Casos Novos - Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial; 3 → Relatórios de Gerências → 4 - Prazos Médios → A.4.4 - Prazos Médios nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução por Região Judiciária.

QUADRO 17

| PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 30/09/2025 |
|---|--------|--------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO | 369,06 | 63,35 | 81,69 | 131,22 |
| POLO REGIONAL | 267,74 | 102,64 | 101,48 | 112,40 |
| PRAZO MÉDIO DO TRIBUNAL | 175,10 | 79,22 | 87,57 | 100,87 |

Da análise dos quadros se extrai que a 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC, registrou crescimento no número de liquidações iniciadas, contudo houve um pequeno incremento no prazo médio de início e encerramento da liquidação de 2024 para 2025.

4.2.1 SENTENÇAS LÍQUIDAS



Os dados da Unidade, a partir de relatórios extraídos do e-Gestão - Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão – Primeira Instância – 3. Relatórios Gerenciais – A. Das Varas do Trabalho - 1. Conhecimento - 2. Solucionados - A.1.2.5 - Sentenças Líquidas Proferidas por Região Novo - revelam:

Dos 438 processos solucionados, com procedência total ou parcial, 197 sentenças foram registradas como líquidas, segundo os parâmetros estabelecidos para o sistema e-Gestão, a perfazer o percentual de 44,98%.

O resultado obtido foi inferior ao observado no Tribunal (45,02%) e superior ao período correcional anterior da Unidade (9%).

No que tange à Unidade em correição, após análise por amostragem dos processos que tiveram sentenças registradas como líquidas, verificou-se nos processos números 0000126-90.2023.5.14.0402, 0000510-53.2023.5.14.0402, 0000230-48.2024.5.14.0402 e 0000742-68.2023.5.14.0401 que a juntada da planilha de cálculos ocorreu em momento posterior à prolação.

Ademais, existem situações, nas quais não há necessidade de confecção de planilhas específicas de cálculos. Referido exame visa identificar se constam dos títulos executivos, em seu dispositivo, ou valores referentes às verbas objeto da condenação, prescindindo da elaboração de conta em planilha apartada. Nessa situação não , foram identificados os processos números.

No período ora em correição, no relatório gerencial do PJe, não se verificou registro de sentença líquida em acordo homologado em audiência.

Por fim, ressalta-se que, com a implementação da Resolução Administrativa N° 031, de 29 de abril de 2025, a partir de 01/06/2025 os cálculos de liquidação passaram a ser atribuição da Divisão de Liquidação, fato esse que favorece à unidade cumprir com a recomendação da Corregedoria no sentido de publicar sentenças líquidas.

4.3 FASE DE EXECUÇÃO

4.3.1 PRODUTIVIDADE



No que concerne à fase de execução, a Unidade apresenta o seguinte panorama estatístico:

| PRODUTIVIDADE - FASE DE EXECUÇÃO | | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------|------------------------------------|------------------------|-------------------|
| | Remanescentes (A) | Iniciadas + Desarquivadas (B) | Baixadas (C) | Remetido ao Arquivo Provisório (D) | Pendentes de Baixa (E) | Produtividade (F) |
| 2023 | 1.200 | 1.940 | 1.253 | 162 | 1.379 | 39,90% |
| 2024 | 1.379 | 369 | 634 | 9 | 1.038 | 36,27% |
| 01/05/2024 - 31/10/2025 | 1.215 | 554 | 737 | 6 | 1.008 | 41,66% |
| 01/06/2025 - 31/10/2025 | 1.011 | 295 | 323 | 1 | 1.008 | 24,73% |

Cálculo da produtividade: (F) = [(C x 100) / (B + A)]

Fonte: Relatório Gerencial do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão – TRT14ª Região – Relatórios Gerenciais – Varas do Trabalho – Fase de Execução – Produtividade.

Em uma perspectiva comparativa, nos moldes praticados pela CGJT, especificamente no que diz respeito à produtividade na fase de execução, os dados revelam o seguinte cenário:

| TAXA DE PRODUTIVIDADE | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|-----------------------------------|--------|--------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO | 39,90% | 36,27% | 41,66% | 24,73% |
| TRIBUNAL | 34,37% | 38,55% | 43,97% | 29,78% |
| POLO REGIONAL | 34,58% | 31,20% | 34,11% | 19,38% |

4.3.2 EXECUÇÕES INICIADAS, ENCERRADAS E PENDENTES



| Ano | Iniciadas | Encerradas | Encerradas x Iniciadas | Baixadas | Baixadas x Iniciadas | Execuções Pendentes | Saldo em arquivo provisório |
|---------------------------|-----------|------------|------------------------|----------|----------------------|---------------------|-----------------------------|
| 2023 | 1.426 | 406 | 28,47% | 1253 | 87,86% | 2.346 | 162 |
| 2024 | 344 | 617 | 179,36% | 634 | 184,30% | 2.038 | 9 |
| 01/05/2024 31/10/2025 | 531 | 764 | 143,87% | 737 | 138,79% | 1.992 | 3 |
| 01/06/2025- 31/10/2025 | 133 | 132 | 99,24% | 136 | 102,25% | 1.992 | 3 |

Fonte: e-Gestão: Iniciadas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.11 → item (C) Processos com etapa de execução forçada iniciada; Encerradas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C04 (L) Extinções na etapa de Execução Forçada; Baixadas → E-Gestão → 1ª Instância → Relatórios resumo → C - cumprimento de sentença e Execução de Título extrajudicial → C.10 → Baixa de Processos (item "F"); Saldo em arquivo provisório: C.07 → arquivo provisório; Execução pendente: C.03 Processo em Cumprimento de sentença;

Num viés comparativo, seguindo-se os parâmetros da CGJT, obtêm-se os seguintes dados:

QUADRO 21

| Ano | Iniciada | | | Encerradas | | | Pendentes | | |
|-------------------------|----------|--------|---------------|------------|--------|---------------|-----------|--------|---------------|
| | Vara | TRT | Polo Regional | Vara | TRT | Polo Regional | Vara | TRT | Polo Regional |
| 2023 | 1426 | 538,47 | 745,44 | 406 | 353,28 | 329,67 | 2.346 | 814,44 | 1.340,33 |
| 2024 | 344 | 259,22 | 251,89 | 617 | 357,78 | 367,33 | 2.038 | 714,16 | 1.223,22 |
| 01/05/2024 - 31/10/2025 | 531 | 413,41 | 419,78 | 764 | 456,09 | 487,67 | 2.129 | 753,31 | 1.278,67 |
| 01/06/2025 - 31/10/2025 | 133 | 133,09 | 141,22 | 132 | 114,41 | 127,78 | 1.992 | 710,56 | 1.223,78 |

Fonte: E-Gestão - Iniciadas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.11 → item (C) Processos com etapa de execução forçada iniciada; Encerradas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C04 (L) Extinções na etapa de Execução Forçada; Pendentes C.03 - Processos em Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial Pendente (Processo pendente na etapa de execução forçada)

4.3.3 EXECUÇÕES EXTINTAS



QUADRO 22

No tocante às execuções extintas pelo juízo, tem-se ao seguinte quadro estatístico:

| EXECUÇÕES EXTINTAS | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|---|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Execuções extintas por acordo | 102 | 222 | 139 | 15 |
| Extintas por pagamento do crédito do exequente | 216 | 320 | 509 | 97 |
| Extintas por aplicação da prescrição | 69 | 68 | 102 | 14 |
| Extintas por cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer | 4 | 1 | 1 | 1 |
| Outras formas de extinção | 4 | 7 | 14 | 5 |

4.3.4 PRAZO MÉDIO



Neste tópico, analisa-se o desempenho da Unidade em relação aos prazos médios praticados na fase de execução, com base nos padrões verificados pelas correições do c. TST. Constatou-se um aumento significativo no prazo médio para o encerramento das execuções, decorrente, principalmente, do arquivamento recente de processos antigos, que permaneceram em tramitação por longos períodos. Vale ressaltar que o prazo mais longo foi estabelecido em razão de se tratar de processos no qual o ente público figura como parte.

Essa movimentação impactou negativamente os indicadores da Unidade, elevando a média geral da fase de execução, conforme demonstrado nos processos, por amostragem: 0010104-43.2013.5.14.0402 - 3.923 dias; 0010911-66.2013.5.14.0401 - 3.174 dias; 0000125-86.2015.5.14.0402 - 3.150 dias; 0000874-06.2015.5.14.0402 - 3.234 dias; 0000076-11.2016.5.14.0402 - 2.618 dias; 0000077-93.2016.5.14.0402 - 2.618 dias; 0000494-46.2016.5.14.0402 - 2.629 dias e 0000590-61.2016.5.14.0402 - 2.661 dias

Tais dados evidenciam a necessidade de considerar o perfil dos processos arquivados ao interpretar os indicadores temporais da execução, a fim de evitar distorções na avaliação do desempenho da Unidade.

| PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|---|----------|--------|-------------------------|-------------------------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO | 1.240,59 | 897,34 | 1.012,35 | 772,98 |
| PRAZO MÉDIO NA EXECUÇÃO NO TRIBUNAL | 706,84 | 765,87 | 833,87 | 717,93 |
| POLO REGIONAL | 854,89 | 978,49 | 1.031,29 | 813,50 |

Fonte: E-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → Das Varas do Trabalho → Prazos Médios – A.4.4 - Prazos Médios nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução por Região Judiciária. E-Gestão → 1ª Instância → 2. Relatório Resumo → K. Prazos Médios – K.2 → Cumprimento de Setença → Do Início do cumprimento até a extinção.



4.3.5 Análise das diretrizes contidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, nos processos de execução

a) Requisitos do Art. 886 do CPC – Art. 122 da CPCGJT

Uma vez que a Unidade aderiu ao leilão unificado, cuja prática é de responsabilidade da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, fica prejudicada a análise sobre o cumprimento do teor do Art. 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o qual determina que se faça constar dos editais a isenção ao arrematante, em relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, mediante leilão judicial ou iniciativa particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa.

b) Recuperação Judicial ou em falência – Arts. 124 e 126 da CPCGJT

Identificou-se um processo no qual foi decretada a recuperação judicial da executada, em conformidade com o disposto nos Arts. 124 e 126 do CPCGJT, tendo sido determinado o sobrerestamento da ação que aguarda o efetivo pagamento.

 0001017-82.2021.5.14.0402  0001617-21.2012.5.14.0402  0000665-95.2019.5.14.0402

 0000150-94.2018.5.14.0402  0000109-88.2022.5.14.0402  0000584-10.2023.5.14.0402

c) Expedição Ofícios Precatórios

Avalia-se, a seguir, as execuções, nas quais foram expedidos Ofícios Precatórios. Constatou-se que a Unidade, em observância ao normativo, os mantém sobrerestados, aguardando o efetivo pagamento.

| | | | | | |
|--|---------------------------|--|---------------------------|--|---------------------------|
| | 0000375-41.2023.5.14.0402 | | 0000890-23.2016.5.14.0402 | | 0000163-20.2023.5.14.0402 |
| | 0001122-59.2021.5.14.0402 | | 0000422-15.2023.5.14.0402 | | 0000422-15.2023.5.14.0402 |

**d) Sobrestamento, arquivamento provisório
Art. 128 da CPCGJT**

Examinando o acervo processual pelo sistema e-Gestão (e-Gestão → 1^a Instância → Relatórios de Resumo → C - Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial → C.04 - Extinções em Processos de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial - Item I), constatou-se que, durante o período correcionado, 14 (quatorze) processos tiveram suas execuções extintas devido à prescrição intercorrente. Portanto, a análise confirma a conformidade com as diretrizes estabelecidas no Art. 40 da Lei Nº 6.830/1980.

Em relação à nova sistemática de lançamento de “sobrestamento”, em detrimento ao “arquivamento provisório”, verificou-se que a Unidade manteve o acervo de processos em concordância com o disposto no Art. 128 da CPCGJT, conforme detalhado a seguir:

| | | | | | |
|--|---------------------------|--|---------------------------|--|---------------------------|
| | 0000801-34.2015.5.14.0402 | | 0000327-92.2017.5.14.0402 | | 0000073-80.2021.5.14.0402 |
| | 0000152-93.2020.5.14.0402 | | 0000794-03.2019.5.14.0402 | | 0000154-97.2019.5.14.0402 |

**e) Arquivamento definitivo do processo de execução – Art. 129
da CPCGJT**

Ainda, por amostragem, observa-se que a Unidade está a cumprir Art. 129 do CPCGJT, conforme constatado nos processos a seguir elencados, na medida em que as execuções foram extintas por sentença.

| | | | | | |
|--|---------------------------|--|---------------------------|--|---------------------------|
| | 0000640-82.2019.5.14.0402 | | 0000001-69.2016.5.14.0402 | | 0000493-17.2023.5.14.0402 |
| | 0000644-17.2022.5.14.0402 | | 0000164-49.2016.5.14.0402 | | 0000040-27.2020.5.14.0402 |

Por oportuno, vale ressaltar que o Artigo 129 da legislação trabalhista estabelece os critérios específicos para o arquivamento definitivo de processos de execução. O dispositivo determina que esse arquivamento deve ser fundamentado em uma declaração prévia, formalizada por sentença, que reconheça a extinção da execução, conforme as hipóteses previstas nos incisos II, III, IV e V do Artigo 924 do Código de Processo Civil (CPC). Tais condições visam garantir que a prestação jurisdicional seja completamente cumprida antes do encerramento definitivo do processo.



Ademais, o parágrafo único do referido artigo reforça uma diretriz crucial, vedando expressamente o arquivamento definitivo de processos em situações não contempladas no *caput*. Essa proibição inclui, entre outras, casos de processos centralizados em decorrência da reunião de execuções, bem como aqueles que estejam sobrestados ou arquivados provisoriamente. O objetivo é assegurar que o processo somente seja concluído de maneira definitiva após o cumprimento integral de todas as etapas e condições legais.

Essa abordagem normativa reflete uma preocupação com a proteção dos direitos das partes envolvidas, ao evitar o encerramento prematuro de execuções ainda pendentes. Além disso, promove maior segurança jurídica e o respeito ao devido processo legal, alinhando-se aos princípios fundamentais que regem a Justiça do Trabalho.

Por fim, registra-se que, na Unidade Correccional não foram identificados processos arquivados definitivamente em desacordo com as condições estabelecidas, inclusive aquele com execuções reunidas.

f) Arquivamento definitivo do processo com inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados – Art. 130 da CPCGJT

O Art. 130 da CPCGJ estabelece, como condição para o arquivamento definitivo do processo, a inexistência de contas bancárias judiciais com valores disponíveis, além da exclusão de inscrição(ões) no BNDT. Nesta hipótese, a conta judicial e o respectivo processo devem ser tratados pelo Sistema Garimpo, nos moldes do Provimento Nº 02, de 07 de abril de 2025.

Resumo do Sistema Garimpo
Análise em 24/11/2025
2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC



| <u>Análise de Maio/2024 (Ata da Correição)</u> | |
|--|-----|
| » Contas de processos arquivados e não saneadas: | 54 |
| » Contas bancárias não associadas a processos: | 264 |
| » Contas bancárias saneadas: | 12 |
| » A Unidade fez preenchimento da planilha? | Sim |

| <u>Análise do ano de Novembro/2025</u> | |
|--|-----|
| » Contas de processos arquivados e não saneadas: | 275 |
| » Contas Judiciais: | 275 |
| » Contas Recursais: | 0 |
| » Contas bancárias não associadas a processos: | 187 |
| » Contas Judiciais: | 187 |
| » Contas Recursais: | 0 |
| » Contas bancárias saneadas: | 9 |
| » Contas Judiciais: | 9 |
| » Contas Recursais: | 0 |
| » A Unidade fez preenchimento da planilha? | Não |

ATENÇÃO
Na análise comparativa foi considerado apenas as contas com depósito acima de R\$150,01, ou seja, acima dos “valores ínfimos” (contas com valores depositados de R\$ 0,01 até R\$150,00), uma vez que o Provimento TRT14 Nº 02, de 07 de abril de 2025, em seu Art. 5º, §1º, alínea “d”, determina que as contas com valores ínfimos são de atribuição da Corregedoria Regional.

Foi verificado que a Unidade solucionou contas bancárias apenas no 2º quadrimestre de 2024, mas não registrou saneamentos de contas no ano de 2025, conforme demonstra relatórios das Planilhas de Acompanhamento dos referidos anos (Planilha de 2024 e Planilha de 2025).

Conforme recomendação apresentada na Ata de Correição da Secretaria Unificada de Rio Branco, ficou estabelecido que os processos físicos relativos ao Garimpo ficarão a cargo do Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau - CJ1, deixando os processos eletrônicos sob a responsabilidade da Secretaria Unificada.

Houve aumento do passivo de contas arquivadas e pouca redução das contas não associadas.

Os registros de saneamentos da planilha de 2024 não condizem com os registros do Sistema Garimpo, pois não indicam os 9 saneamentos de contas acima de R\$ 150,01, mas apenas registros de contas zeradas, o que deve ser revisado pela Unidade.

Logo, recomenda-se que a Unidade aumente o quantitativo de saneamentos das contas dos processos arquivados e não associadas no Sistema Garimpo.

Recomenda-se a revisão dos registros das contas saneadas com valores acima de R\$ 150,01,

Ressalta-se, por fim, no que tange as contas recursais não associadas, pode ser verificado que algumas apresentem a Jurisdição de Porto Velho, Brasília e Manaus, situação que por vezes ocorre em algumas Unidades.

Dessa forma, recomenda-se que a Unidade não atue nestes processos e comunique, formalmente, a Secretaria da Corregedoria Regional, para que possa realizar as providências perante a referida jurisdição.

Observações sobre o Sistema Garimpo:

Atenção para novo Provimento do Garimpo.

A Secretaria da Corregedoria criou um espaço no chat: “Dúvidas Sistema Garimpo”, para concentrar as dúvidas e discussões sobre o sistema, que pode ser acessado pelo QR Code abaixo.

O Sistema Garimpo também pode ser acessado via Intranet ou pelo QR Code abaixo.

Os editais publicados pelas Varas e pela Secretaria da Corregedoria podem ser verificados no site do TRT14, na [página da Corregedoria](#).



Novo Provimento



Acesso ao Sistema Garimpo



Dúvidas Sistema Garimpo

g) Ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial – Art. 29, III, da CPCGJT

Nesse sentido, observa-se, nos autos individuados, que o Juízo da Unidade adotou, de forma consistente e regular, o uso de sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial. Essa prática está em plena conformidade com o Art. 29, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, demonstrando o comprometimento em utilizar ferramentas tecnológicas disponíveis para assegurar maior eficiência nos procedimentos realizados. Ressalta-se que o uso desses sistemas eletrônicos não apenas agiliza a busca de informações patrimoniais relevantes, como também promove maior precisão e transparência nas ações judiciais, reafirmando o papel do Judiciário como garantidor da justiça e da equidade no âmbito trabalhista.

Registre-se que, com a equalização da força de trabalho no âmbito do TRT14, o manejo das ferramentas passou a ser de atribuição da Secretaria Unificada.

0000610-71.2024.5.14.0402

0000167-23.2024.5.14.0402

0000885-88.2022.5.14.0402

0001125-77.2022.5.14.0402

0000474-45.2022.5.14.0402

0000368-54.2020.5.14.0402

***0000610-71.2024.5.14.0402** – Realizadas consultas pelo sistema SISBAJUD em 09/04/2025, para identificação e constrição de ativos financeiros em nome da parte executada; bem como pesquisas pelos sistemas RENAJUD e CNIB em 04/06/2025, e INFOJUD e SERASAJUD em 13/06/2025.

***0000167-23.2024.5.14.0402** – Diligências via SISBAJUD em 20/06/2024; RENAJUD e CNIB em 17/09/2024; BNDT em 26/09/2024; além de consultas aos sistemas INFOJUD e SERASAJUD em 26/11/2024.

***0000885-88.2022.5.14.0402** – Foram realizadas consultas pelos sistemas SISBAJUD e CCS em 08/06/2025, bem como pesquisas pelos sistemas RENAJUD e CNIB em 12/08/2025.

***0001125-77.2022.5.14.0402** – Foram realizadas diligências por meio dos sistemas CNIB e ARISP em 11/06/2024; consultas ao INFOJUD e SISBAJUD em 19/07/2025; pesquisa via SERASAJUD em 09/09/2024; e nova pesquisa no SISBAJUD em 30/04/2025.

***0000474-45.2022.5.14.0402** – Foi realizada consulta/bloqueio pelo sistema SISBAJUD em 03/10/2025.

***0000368-54.2020.5.14.0402** – Consulta/bloqueio pelo sistema SISBAJUD em 19/02/2025, visando à identificação e constrição de ativos financeiros.

h) Procedimentos em relação à Execução Provisória após o trânsito em julgado da principal - Art. 179 da CPCGJT

No período analisado, não foram identificados processos com registro de Execução Provisória em Autos Suplementares (ExProvAS), tampouco de Cumprimento Provisório de Sentença (CumPrSe). O dispositivo em questão determina à Secretaria da Vara do Trabalho que, uma vez transitada em julgado a sentença, sejam anexados aos autos do processo — com a devida retificação da autuação na Classe Processual Cumprimento de Sentença (CumSen) — os arquivos eletrônicos correspondentes às peças inéditas da ação principal, para fins de processamento da execução definitiva, registrando-se a conversão da execução provisória em definitiva.

4.3.6 DOCUMENTOS HISTÓRICOS

A Resolução Administrativa Nº 079, de 27 de julho de 2021, regula as especificações relacionadas ao reconhecimento do valor histórico dos autos judiciais; recomenda que, antes do arquivamento definitivo de quaisquer processos, seja realizada uma análise criteriosa para determinar se os mesmos possuem relevância histórica ou temática significativa. Esta avaliação é fundamental para assegurar que documentos e processos com importância histórica sejam devidamente identificados e preservados.

No caso de identificação de processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, é imprescindível que esses autos sejam devidamente selados como “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe (Processo Judicial Eletrônico). Tal ação visa garantir que o conteúdo desses processos seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas (Art. 40 da Resolução).

Assim, após a atribuição do referido selo, é essencial que a Comissão Permanente de Avaliação Documental seja formalmente comunicada sobre a relevância do processo. Essa comunicação permite que a referida Comissão/CPADM adote as providências adequadas para o armazenamento, organização e preservação desses documentos, assegurando que permaneçam acessíveis às gerações futuras.

4.3.7 DEMAIS ASPECTOS DA EXECUÇÃO



No tocante a algumas ocorrências processuais, na fase de execução, as quais repercutiram em elastecimento do prazo médio, impactando, por via reflexa, no desempenho do Tribunal, à luz da orientação da CGJT, procede-se à crítica de alguns processos, por amostragem, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão (1^a Instância - Relatórios de Resumo - K - Prazos Médios - K.2 - Cumprimento de sentença - K.2 Do início do cumprimento de sentença até a extinção), a saber:

Relatório extraído do Sistema e-Gestão

0010537-47.2013.5.14.0402

prazo de 4.152 dias, entre o início (26/11/2013) e o encerramento da execução (09/04/2025).

ENTE PRIVADO

Relatório extraído do Sistema e-Gestão

0010104-43.2013.5.14.0402

prazo de 3.923 dias, entre o início (25/02/2014) e o encerramento da execução (22/11/2024).

ENTE PÚBLICO

4.3.8 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR- G-PREC



O G-PREC-Gestão Eletrônica de Precatórios - é hoje o sistema de gerenciamento de Precatórios e RPVs, integrado ao sistema PJe. As unidades judiciais são responsáveis pelos lançamentos, a propiciar, assim, um maior controle estatístico e a dinamizar o próprio cumprimento das requisições. A fidedignidade das informações quanto ao volume de Precatórios e RPVs expedidos, assim como de valores pagos e pendentes de pagamento, depende, diretamente, do compromisso das Varas em proceder aos corretos lançamentos no sistema, sobretudo nas hipóteses de RPVs, na medida em que tramitam nas unidades judiciais, diferentemente do que ocorre com os Precatórios Requisitórios, cujas conferências e pagamentos ficam a cargo do Núcleo correspondente.

4.3.8.1 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR



Em consulta ao sistema Gprec-RPVs, em 25/11/2025, verificou-se que a Unidade autuou 163 (cento e sessenta e três) RPVs no ano de 2023, 116 (cento e dezesseis) RPVs em 2024 e 80 (oitenta) RPVs no presente exercício (2025).

| | | | |
|------|-------------------|--|---------------------------|
| 2023 | 163 RPVs autuadas | | 91 quitadas integralmente |
| 2024 | 116 RPVs autuadas | | 49 quitadas integralmente |
| 2025 | 80 RPVs autuadas | | 38 quitadas integralmente |

4.3.8.2 PRECATÓRIOS



Em consulta ao sistema Gprec, em 25/11/2025, verificou-se que a Unidade autuou 46 (quarenta e seis) precatórios no ano de 2023; 130 (cento e trinta), em 2024; e 35 (trinta e cinco) no presente exercício(2025).

| | | | |
|------|--------------|--|---------------------------|
| 2023 | 46 autuados | | 4 quitados integralmente |
| 2024 | 130 autuados | | 70 quitados integralmente |
| 2025 | 35 autuados | | 3 quitados integralmente |

4.3.8.3 PENDÊNCIAS PROCEDIMENTAIS E DE FLUXO

A respeito das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a Secretaria da Corregedoria procedeu ao mapeamento, por meio do Sistema GPREC, cujos dados foram validados. Constatou-se, ao final, a inexistência de RPVs autuadas, vencidas e ainda pendentes de quitação sob a responsabilidade da unidade.

Outro aspecto mencionado no aludido expediente, refere-se a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor porventura contidas no campo Requisição de Pagamentos - Pré-cadastro de RP, do GPREC, aba diligência. Não foram localizados processos nessa situação.

4.3.9. ADESÃO AOS EDITAIS DO LEILÃO JUDICIAL UNIFICADO



Este Regional implementou o Leilão Judicial Unificado, conforme Provimento N° 008, de 15/07/2020 e, dessa forma, as Varas do Trabalho, no caso de bens aptos a serem leiloados, deverão utilizar referida modalidade de alienação, nos moldes do Memorando-Circular n. 003/2022/TRT/SCR, enviado em data de 08/03/2022.



Aponte a câmera do celular para acessar informações do Leilão Judicial Unificado

A unidade correcionalizada foi devidamente consultada acerca do cumprimento do provimento em questão. Ao ser instada a se manifestar, informou que a unidade aderiu.

4.3.10. EXECUÇÕES FISCAIS



Em 25/11/2025, a Unidade possui 55 (cinquenta e cinco) Execuções Fiscais, sendo 53 delas aguardando o final do sobrerestamento.

A Secretaria-Geral Judiciária encaminhou a todas as Varas do Trabalho o Memorando-Circular N° 005/2023/TRT14/SGJ, com o objetivo de informar sobre o cadastramento deste Regional para habilitação de seus(as) magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) no Portal Inscreve Fácil, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. No referido portal, é possível consultar dívidas ativas, verificar os valores atualizados das Certidões de Dívida Ativa (CDAs), conferir o status da dívida (extinta, parcelada etc.) e, ainda, emitir o DARF para quitação.

Conforme pontuado, "trata-se de solução que pode auxiliar na redução do acervo processual de execuções fiscais, mediante a identificação das dívidas inexigíveis".

Consultada, a unidade informou que "Sim. Pelos servidores Patrícia Juliana dos Santos, Marcos Roberto Belém Lacerda e pelas estagiárias".

5. PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE



Criado em 2019, O Prêmio CNJ de Qualidade, sucessor do Selo Justiça em Números, implementado em 2013. A presente análise correcional analisará os eixos de produtividade e de governança, os quais contemplam aspectos relacionados às práticas administrativas de controle e de planejamento da gestão judiciária, assim como, ao cumprimento das metas nacionais, à celeridade processual, à redução de acervo e ao incentivo à conciliação, cuja extração se dará por meio do Painel de Estatísticas do DATAJUD (<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>).

A premiação, atualmente em curso, foi estabelecida por meio da [Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024](#).

A análise dos parâmetros da unidade foi realizada conforme a seguir exposto:



Portaria N° 411 de
02/12/2024

Eixo de produtividade (Artigo 10 da Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024)

I - alcançar os melhores índices de produtividade comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) no respectivo segmento de justiça (90 pontos):

O IPC-JUS é uma metodologia criada para apresentar os resultados do Tribunal, em sua integralidade. Não é possível, até o momento, apresentar o IPC-JUS das unidades de forma individualizada.

II – reduzir a taxa de congestionamento líquido (TCL) em um ano, excluídos os processos de execução (50 pontos);

A TCL é um indicador que mede eficiência, mostra o percentual de processos pendentes em relação ao total de processos que o Judiciário deveria ter conseguido julgar em determinado período, desconsiderando os casos solucionados por outras formas que não o julgamento do mérito.

Fórmula da Taxa de Congestionamento Líquido (TCL):

$$\text{TCL} = \left(\frac{\text{Processos Pendentes}}{\text{Processos Pendentes} + \text{Processos com Julgamento de Mérito}} \right) \times 100$$

QUADRO 24

| | Resultado Prêmio anterior | Resultado atual | Patamar para atingir pontuação máxima |
|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| TRT 14 | 32,44% | 34,34% | |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 21,18% | 39,70% | Redução de 2 p.p ou abaixo de 25% |


III – obter os menores tempos médios de tramitação dos processos pendentes líquidos (50 pontos):
QUADRO 25

| | Resultado Prêmio anterior | Resultado atual | Patamar para atingir pontuação máxima |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| TRT 14 | 548 dias | 534 dias | 180 dias |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 771 dias | 648 dias | |

IV – atingir os melhores índices de conciliação e composição de conflitos no respectivo segmento de justiça (50 pontos):
QUADRO 26

| | Indicador | Resultado atual | |
|---|--|-----------------|-----------------------------------|
| | | TRT14 | 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO |
| 1 | Índice de audiências de conciliação nos últimos 12 meses | 91,85% | 21,66% |
| 2 | Índice de conciliação nos últimos 12 meses | 26,89% | 16,63% |

Diante do quadro supra, o Excelentíssimo Corregedor recomenda a Unidade:

- Inclusão de mais processos do tipo “conciliação na fase de conhecimento”;
- Realização de pautas de processos pós-sentença;
- Difundir a utilização do *conciliajt* para identificação dos processos com maior potencial de acordo;
- Realizar tentativas de conciliação nos processos em que foram localizados bens para penhora.

V – cumprir as Metas Nacionais do Poder Judiciário (110 pontos) e VI – julgar ou baixar os processos mais antigos (50 pontos): Conforme ata de correição
XIII – possuir unidades judiciárias com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) acima de 100%, de forma a promover a redução do acervo processual (50 pontos):

O IAD é um indicador que mostra se os tribunais estão conseguindo julgar ao menos o mesmo número de processos que recebem em um determinado período, geralmente um ano.

A fórmula básica do IAD é:

$$IAD = \frac{\text{Número de Processos Julgados no Ano}}{\text{Número de Processos Novos no Ano}} \times 100$$

QUADRO 27

| | Resultado Prêmio anterior | Resultado atual | Patamar para atingir |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------|----------------------|
| TRT 14 | 101,11% | 94,53% | acima de 100% |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 112,19% | 102,51% | |

A análise do quadro acima revela uma aparente redução no desempenho tanto do TRT da 14ª Região quanto da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC, quando comparados os resultados do ciclo anterior do prêmio com os atualmente apurados. Embora a equalização da força de trabalho, implementada pela Resolução Administrativa nº 31/2025, tenha ocasionado uma diminuição no “Número de Processos Novos no Ano” na unidade correicionada a partir de junho de 2025, não se observou, até o momento, reflexo positivo no IAD (Índice de Atendimento à Demanda).

Com o avanço gradual do processo de equalização, verifica-se uma tendência de que os resultados do IAD passem a refletir, com maior fidedignidade, a realidade das unidades jurisdicionais. Espera-se, assim, que a redução no volume processual contribua para a melhoria dos indicadores de desempenho ao longo do tempo.

Eixo de governança (Artigo 9º da Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024)

XVII – capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ N° 492/2023 e capacitação de magistrados(as) e profissionais que atuem na realização do depoimento especial, conforme Resolução CNJ N° 299/2019 (40 pontos);

No caso, é necessário ressaltar que o referido inc. XVII está relacionado a Diretriz 2 das Metas e Diretrizes das Corregedorias, que determina: “Acompanhar e garantir o cumprimento de protocolos de julgamento com perspectivas de gênero e raça em processos judiciais e administrativos;” .

A 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC informou que os servidores Marcos Roberto Belem Lacerda e Patrícia Juliana dos Santos participaram cursos disponibilizados pela EJUD, na plataforma Instituto Educare.

Recomenda-se que a Unidade incentive a participação dos demais servidores nos cursos disponibilizados, sobretudo aqueles que estão relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade.

5.1 ASPECTOS IMPORTANTES RELACIONADOS



No âmbito deste e. Regional, novas diretrizes conduziram à atualização da norma interna acerca do sobrerestamento na fase de conhecimento e do "desuso" do fluxo "Arquivo provisório" na fase de execução, com a consequente publicação, no dia 18/04/2023, da Recomendação Nº 002/2023, a dispor sobre o momento do registro do início e do término da fase de conhecimento, liquidação e execução, no sistema do Processo Judicial Eletrônico-PJe, revogando a Recomendação Nº 01/2022 até então vigente, cujos esclarecimentos suplementares constaram do MEMO-CIRCULAR/TRT14/SCR/03/2023.

No dia 26 de setembro de 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho publicou o PROVIMENTO Nº 4/CPCGJT, que altera o Art. 119, § 1º da Consolidação dos Provimentos. Essa alteração refletiu em nova atualização da Recomendação Nº 002/2023, por meio da Recomendação Nº 001/2024, a modificar seus art. 3º, parágrafo único, Art. 4º e Art. 6º, conforme informado por meio do MEMORANDO SCR Nº 007/2024/TRT14 às unidades judiciais deste Regional.

5.2. CONTROLE DE SOBRESTAMENTO VENCIDO



Diante da nova forma de controle de acordos homologados, atualmente migrados para a fase de liquidação, pela ferramenta GIG's, esta Corregedoria Regional está a averiguar se o procedimento tem sido realizado a contento pelas Unidades Correcionadas, com vistas a evitar elastecimentos desnecessários dos prazos processuais no particular.

Na 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC constatou-se a utilização da ferramenta, contudo existem diversos processos com prazo vencido na atividade e outros ainda pendentes na atividade já arquivados.

5.3 NORMATIVO INTERNA CORPORIS RECOMENDAÇÃO TRT14 Nº 002/2023



Foi publicada, no dia 18/04/2023, a RECOMENDAÇÃO Nº 002/2023, cuja atualização foi realizada pela RECOMENDAÇÃO Nº 001/2024, as quais dispõem sobre o momento do registro do início e do término da fase de conhecimento, de liquidação e de execução, no sistema do Processo Judicial Eletrônico-PJe.

Referidos normativos foram enviados a todas as Unidades Judiciais, em data de 19/04/2023, por meio do MEMO-CIRCULAR/TRT/SCR/03/2023 e MEMORANDO/TRT/SCR/007/2024 do dia 06/02/2024, respectivamente, contendo esclarecimentos, como mencionado no tópico 5.3.5.



[Clique aqui ou aponte a câmera do celular para acessar a Recomendação Nº 001/2024](#)



[Clique aqui ou aponte a câmera do celular para acessar a Recomendação Nº 002/2023](#)

5.3.1 FASE DE CONHECIMENTO

Em consulta ao sistema Pje da Unidade Correcionada, por amostragem, nos processos de números 0001004-78.2024.5.14.0402, 0000737-09.2024.5.14.0402, 0000885-20.2024.5.14.0402 constatou-se que estão corretos os registros neste particular.

5.3.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Analizando os autos por amostragem, verificou-se que a Unidade registra o início da liquidação imediatamente ao lançamento do trânsito em julgado e decisão de homologação de acordo, como se apurou nos processos de números 0000540-88.2023.5.14.0402, 0000030-46.2021.5.14.0402.

5.3.3 FASE DE EXECUÇÃO

Em análise aos processos números 0000123-04.2024.5.14.0402 e 0000197-24.2025.5.14.0402 verificou-se regularidade dos lançamentos do início da execução.

No mesmo sentido, quanto à extinção da fase de execução, observou-se a exatidão dos lançamentos, conforme apurado nos autos dos processos números 0000083-90.2022.5.14.0402 e 0000230-48.2024.5.14.0402.

5.4. TEMAS DE SOBRESTAMENTO - REPERCUSSÃO GERAL

A presente análise visa esclarecer e apurar o adequado registro do tema associado à suspensão/sobrestamento, voltado especificamente ao acompanhamento dos recursos repetitivos ou precedentes, cujas diretrizes estão alinhadas na Resolução Nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça. Como orientação interna, destaca-se a NOTA TÉCNICA Nº 04/2022 - TRT14/CI/NUGEPNAC, a qual tem como finalidade orientar os(as) usuários(as) da ferramenta sobre os lançamentos de suspensão ou sobrestamento, com vistas à adequação ao Sistema de Gerenciamento de Precedentes.

Em atendimento ao normativo, foi criado um banco de dados com a finalidade de publicizar processos sujeitos às sistemáticas da repercussão geral, do recurso de revista repetitivo, do recurso especial repetitivo, do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), do incidente de assunção de competência (IAC), do incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), bem como dos processos sobrestados no âmbito do TRT14. (QR Code ao lado e link para acesso: <https://drive.google.com/file/d/18935qBHeo4NS-whnsbmnxEkTcztoeWfK/view?usp=sharing>)



Casos repetitivos e precedentes

Como orientação interna, destaca-se a INFORMAÇÃO Nº 193/2024/TRT14/SCR/SGJ/DAPJE/DIEST (QR Code abaixo), a qual destaca que os temas informados nos movimentos de suspensões devem estar presentes na listagem do Banco Nacional de Precedentes Qualificados - PANGEA, acessível em <https://pangeabnp.pdpj.jus.br/>.



Em síntese, caberá à Unidade Judiciária observar o correto lançamento da complementação ao movimento “sobrestamento” nos casos tipificados de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, Recursos de Revista Repetitivos e Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, a fazer uso do registro específico “Incidente de recurso repetitivo (50092)” e “Recurso extraordinário com repercussão geral no STF (265)”, abstendo-se dos lançamentos mais corriqueiros, a saber: Decisão Judicial (898) e Dependência de julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente (272).

Com base no estudo contido na manifestação acima assinalada e em consulta ao acervo processual da Unidade, verificou-se que não possui processos sobrestados com casos tipificados de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, Recursos de Revista Repetitivos e Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, a fazer uso do registro específico “Incidente de recurso repetitivo (50092)” e “Recurso extraordinário com repercussão geral no STF (265)”.



Suspensões com código de tema inexistente

5.4.1. JULGAMENTO E ACORDOS PARCIAIS

O artigo 356 do CPC permite ao juiz decidir parcialmente o mérito. No entanto, nos termos do Art. 119 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, só pode ser movimentado para a fase seguinte o acordo que ponha fim à lide. Portanto, em relação a acordos parciais, os autos devem permanecer suspensos na fase de conhecimento, aguardando cumprimento do acordo. Tal procedimento reclama especial atenção no que diz respeito aos lançamentos correspondentes, conforme orientações elencadas no documento acostado lateralmente - CONSULTA ADMINISTRATIVA Nº 0000138-09.2024.2.00.0500, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (QRCode ao lado).



Acordos parciais

Em suma, homologado acordo parcial, o Juízo deve seguir os seguintes passos de registro: movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" seria o 7707 - homologação da transação. Na sequência, o Juízo deverá suspender o processo com o movimento 11013 - Suspensão do processo por convenção das partes.



Julgamentos parciais

Em consulta ao relatório do E-gestão Nacional - Julgamentos parciais - no e-gestão, na pasta 2 - Relatórios de Resumo -> B - Fase de Conhecimento -> B.10 - Julgamentos Parciais, foram localizados 15 (quinze) processos com julgamento parcial, conforme QRCode a seguir.

5.4.2. LANÇAMENTO E ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS DE ACORDOS



Conforme consignado nos tópicos 5.3 e 5.3.2, após a decisão homologatória de acordo, deve ser procedida imediata alteração da fase processual para “liquidação”.



Em caráter informativo, ratificando o já divulgado pela Divisão de Apoio ao PJe, em quadro de avisos direcionados aos usuários internos - publicação de 22/03/2024 -, assenta-se que, consoante a nova versão 2.10 do PJe, do encaminhamento do feito para o fluxo de controle de acordo, resulta o automático lançamento de sobrestamento, o que permite o devido controle das parcelas e seus oportunos registros de quitação, dispensando-se a necessidade de transferir o processo nos fluxos “controle de acordo” e “sobrestamento”. O feito, uma vez assim migrado, deverá aguardar o pagamento no fluxo “controle de acordo”.

Tem-se, portanto, que a Unidade deverá permanecer a observar a nova regra do sistema, o que fica desde logo recomendado.

6. CONCILIAÇÃO

Quanto ao número de conciliações, em relação ao número de processos solucionados (incluídos os sem exame do mérito), os dados apontam o seguinte panorama:

6.1 PERCENTUAL BRUTO



QUADRO 28- 2023

| Período de referência de 01-01-2023 a 31-12-2023 | | | |
|--|--------------|----------------------------|--------------------|
| Unidade | Conciliações | Percentual de conciliações | Total Solucionados |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 286 | 42,18% | 678 |

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → 3. Relatórios Gerenciais → A. Das varas do Trabalho → 1. Fase de Conhecimento → 2. Solucionados → A.1.2.7. Conciliação por Região Judiciária → Adicionar o filtro: Conciliação por VT).

QUADRO 29

| Período de referência de 01/01/2024 a 31/12/2024 | | | |
|--|--------------|----------------------------|--------------------|
| Unidade | Conciliações | Percentual de conciliações | Total Solucionados |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 334 | 43,43% | 769 |

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → 3. Relatórios Gerenciais → A. Das varas do Trabalho → 1. Fase de Conhecimento → 2. Solucionados → A.1.2.7. Conciliação por Região Judiciária → Adicionar o filtro: Conciliação por VT).

| Período de referência de 01/05/2024 a 31/10/2025 | | | |
|--|--------------|---------------------------|--------------------|
| UNIDADE | Conciliações | Percentual de Conciliação | Total Solucionados |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 484 | 42,68% | 1.134 |
| POLO REGIONAL | 3135 | 43,30% | 7.241 |
| TRIBUNAL | 10574 | 37,24% | 28.398 |

Na forma dos Quadros 26 a 28, em termos percentuais brutos de conciliações alcançados pela Unidade, houve uma progressão de 2023 para 2024 (42,18 % para 43,43%) e um regressão deste para o período em correição (42,68%).

O aludido percentual de 42,68%, revela-se acima da média apurada no Regional (37,24%).

| Taxa de conciliação na fase de execução | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|-------|-------|-------------------------|-------------------------|
| Total de processos extintos por acordo | 102.0 | 222.0 | 139.0 | 15.0 |
| Extintas por pagamento | 216.0 | 320.0 | 509.0 | 97.0 |
| Prescrição intercorrente | 69.0 | 68.0 | 102.0 | 14.0 |
| Cumprimento da obrigação de fazer e não fazer | 4.0 | 1.0 | 1.0 | 1.0 |
| Extinção-outras | 4.0 | 7.0 | 14.0 | 5.0 |
| Total-extintas | 395.0 | 618.0 | 765.0 | 132.0 |
| Apensamentos | 11.0 | -1.0 | -1.0 | 0.0 |
| Total-encerradas | 406.0 | 617.0 | 764.0 | 132.0 |
| Percentual de conciliação | 25.12 | 35.98 | 18.19 | 11.36 |
| Percentual de conciliação - TRT14 | 0.0 | 0.0 | 15.83 | 13.32 |
| Percentual de conciliação - Polo regional | 0.0 | 0.0 | 9.34 | 7.3 |

QUADRO 32

| Taxa de conciliação na fase de liquidação | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|--|--------|-------|-------------------------|-------------------------|
| Total de processos extintos por acordo na liquidação | 6.0 | 22.0 | 43.0 | 15.0 |
| Liquidações encerradas | 1194.0 | 393.0 | 487.0 | 79.0 |
| Percentual de conciliação | 0.5 | 5.59 | 8.82 | 18.98 |
| Percentual de conciliação - TRT14 | 0.0 | 0.0 | 8.38 | 7.41 |
| Percentual de conciliação - Polo regional | 0.0 | 0.0 | 6.31 | 5.63 |

No tocante às conciliações na fase de execução, verifica-se que a Unidade apresentou viés de alta, a progredir de 102 (cento e dois) acordos, em 2023, para 222 (duzentos e vinte e dois) em 2024, e uma baixa deste para o período ora em correição 139 (cento e trinta e nove), representativos dos percentuais de 25,12%, 35,98% e 18,19% das execuções extintas, respectivamente, resultado final este, superior à média do Tribunal para o período (15,83%).

Por outro lado, dos registros de conciliação na fase de liquidação de sentença, verifica-se uma progressão de produtividade de 0,5%, em 2023 para 5,59% em 2024, e deste para o período em correição, ficando em 8,82% no período correcionado, em patamar superior à mediana do Tribunal para o período (8,38%).

6.2 PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO LÍQUIDO


Quanto ao percentual líquido de conciliações (o qual considera a proporção apenas sobre os processos解决ados com exame do mérito), a Unidade Judiciária obteve os seguintes resultados:

Quadro 33- 2023

| Descrição da Vara | Conciliados | Solucionados | ICONc |
|--------------------------------------|-------------|--------------|--------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 299 | 678 | 44,10% |

Quadro 34- 2024

| Descrição da Vara | Conciliados | Solucionados | ICONc |
|--------------------------------------|-------------|--------------|--------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 349 | 769 | 45,38% |

Quadro 35- (01/05/2024 a 31/10/2025)

| Descrição da Vara | Conciliados | Solucionados | ICONc |
|---|-------------|--------------|--------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 505 | 1134 | 44,53% |
| POLO REGIONAL | 3255 | 7241 | 44,95% |
| TRIBUNAL | 6664 | 16234 | 41,05% |

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → Indicadores → Indicadores do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho → Ano → Meta 09 PEJT
– ICONc – 1º Grau

No pertinente ao percentual nominal líquido de conciliação, verifica-se acréscimo de 2023, para 2024 (de 44,1%, para 45,38%) e um decréscimo ao longo do período correionado (44,53%), representativos de 299, 349 e 505 processos conciliados, no universo de 678, 769 e 1.134, solucionados nessa fase.

Ressalta-se que o indicador em análise (percentual líquido de conciliação), relativo ao período em correição (44,53%), revela-se mais favorável que o percentual bruto (42,68%). Apresenta-se acima da mediana do Regional no interregno (41,05%).

6.3 RECOMENDAÇÃO 72 DA CGJT

[Ata de Correição da CGJT](#)

A Recomendação 72 da CGJT, oriunda da Correição Ordinária, ocorrida no TRT14, de 27 a 30/01/2025, determinou a adoção de providências para sensibilização dos magistrados, servidores e sociedade, acerca da importância da solução consensual dos conflitos, para fortalecer a atividade conciliatória e elevar o percentual de conciliações, diante dos baixos índices verificados no Tribunal, no período correionado, segundo dados estatísticos da Meta Nacional 3 que constam no Painel da Estratégia da Justiça do Trabalho.

7. RECURSOS REMETIDOS AO 2º GRAU


QUADRO 36 - 2023

| Região Judiciária | TRT | Recursos Ordinários | | | Agravio de Instrumento em recurso ordinário | | | Agravio de Petição | | | Agravio de Instrumento em agravio de petição | | | Recurso Adesivo | | | Reexame necessário | | | Total | | |
|--------------------------------------|-----|---------------------|-----------|---------------------|---|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|--|-----------|---------------------|-----------------|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|-------------|-----------|---------------------|
| | | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 14 | 216 | 216 | 12 | 4 | 3 | 1 | 1254 | 1238 | 9 | 9 | 5 | 6 | 167 | 165 | 0 | 1650 | 1627 | 7 | | | |
| Soma | | 216 | 216 | 12 | 4 | 3 | 1 | 1254 | 1238 | 9 | 9 | 5 | 6 | 167 | 165 | 0 | 1650 | 1627 | 7 | | | |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária.

QUADRO 37- 2024

| Região Judiciária | TRT | Recursos Ordinários | | | Agravos de Instrumento em recurso ordinário | | | Agravos de Petição | | | Agravos de Instrumento em agravo de petição | | | Recurso Adesivo | | | Reexame necessário | Total | |
|--------------------------------------|-----|---------------------|-----------|---------------------|---|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|---|-----------|---------------------|-----------------|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|
| | | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 14 | 272 | 244 | 27 | 2 | 2 | 1 | 179 | 151 | 16 | 13 | 13 | 6 | 15 | 15 | 0 | 481 | 425 | 7 |
| Soma | | 272 | 244 | 27 | 2 | 2 | 1 | 179 | 151 | 16 | 13 | 13 | 6 | 15 | 15 | 0 | 481 | 425 | 7 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária).

QUADRO 38- 01/05/2024-31/10/2025

| Região Judiciária | TRT | Recursos Ordinários | | | Agravos de Instrumento em recurso ordinário | | | Agravos de Petição | | | Agravos de Instrumento em agravo de petição | | | Recurso Adesivo | | | Reexame necessário | Total | |
|--------------------------------------|-----|---------------------|-----------|---------------------|---|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|---|-----------|---------------------|-----------------|-----------|---------------------|--------------------|-----------|---------------------|
| | | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa | Interpostos | Remetidos | Pendente de remessa |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 14 | 498 | 469 | 18 | 6 | 6 | 1 | 209 | 168 | 20 | 18 | 16 | 4 | 15 | 16 | 0 | 746 | 675 | 5 |
| Soma | | 498 | 469 | 18 | 6 | 6 | 1 | 209 | 168 | 20 | 18 | 16 | 4 | 15 | 16 | 0 | 746 | 675 | 5 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional no dia 14/11/2025 (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária → 4. Tabela por VT).

Da análise dos quadros observa-se que, embora haja crescimento e estabilidade no número de recursos, permanece a necessidade de atenção quanto à redução do estoque de pendências de remessa, de modo a alinhar a produtividade da Vara com as metas de eficiência e celeridade do Tribunal.

8. ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS AUTORES


Em consulta ao sistema e-Gestão, foram apurados os seguintes dados:

QUADRO 39

| | 2023 | 2024 | 01/05/2024 a 31/10/2025 | 01/06/2025 a 31/10/2025 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| Arrecadação | R\$ 1.780.628,27 | R\$ 2.684.455,5 | R\$ 3.815.754,83 | R\$ 1.092.694,81 |
| Valores pagos aos autores | R\$ 12.752.781,75 | R\$ 16.194.544,79 | R\$ 32.671.428,05 | R\$ 7.357.615,02 |

Fonte: Relatório de Resumo extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios de Resumo → Arrecadação → Arrecadação e Valores pagos); e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios de Resumo → I.1 Valores pagos aos reclamantes.

Em que pese não se evidenciar inconsistências nesses dados, recomenda-se cautela e monitoramento em seus lançamentos, na medida em que erros e omissões podem acarretar reflexos significativos na performance da Unidade, bem como do próprio Tribunal, em âmbito nacional.

9. PRAZOS EM GERAL



9.1. PRAZOS DOS JUÍZES

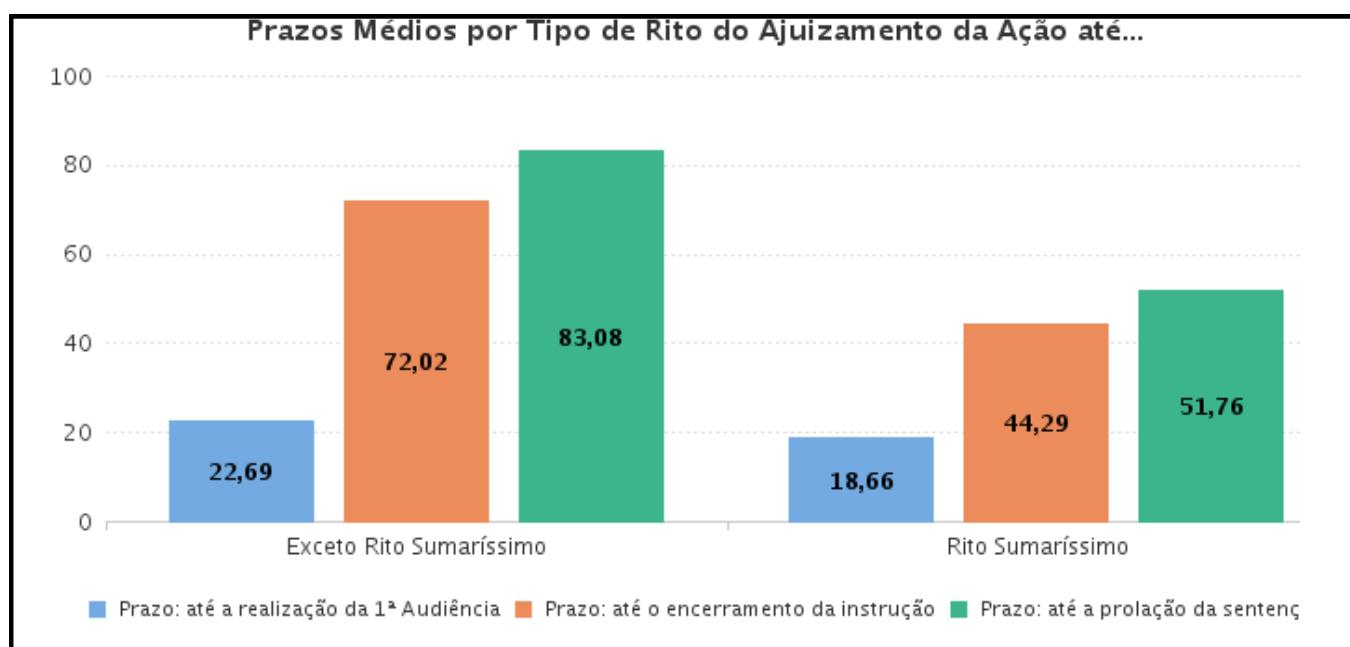
QUADRO 40

| Período de Referência 01/05/2024 a 31/10/2025 (PERÍODO CORREICIONADO) | | |
|---|------------|-------|
| DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ: | TOTAL | |
| | QUANTIDADE | PRAZO |
| (A) REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA | 1.004 | 20,66 |
| (B) O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | 1.275 | 59,23 |
| (C) A PROLAÇÃO DA SENTENÇA | 1.282 | 68,71 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 14/11/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios de Resumo → K- Prazos Médios → K.1 Fase de conhecimento → K.1.1 A partir do ajuizamento da ação.

Analizando os prazos médios acima para o período de 01/05/2024 a 31/10/2025, o tempo para a realização da primeira audiência, a contar do ajuizamento da ação, é de 20,66 dias. O processo avança para o encerramento da instrução em um prazo médio de 59,23 dias, culminando na prolação da sentença em um tempo médio total de 68,71 dias.

No quadro abaixo, há um detalhamento dos prazos médios por tipo de rito do ajuizamento da Ação: 22,69 para o rito ordinário e 18,66 para o rito sumaríssimo.



A partir da implementação do processo de equalização, disciplinado na Resolução Administrativa Nº 031, de 29 de abril de 2025, ocorrido em 01 de junho de 2025, apurou-se o seguintes quantitativos e seus respectivos prazos:

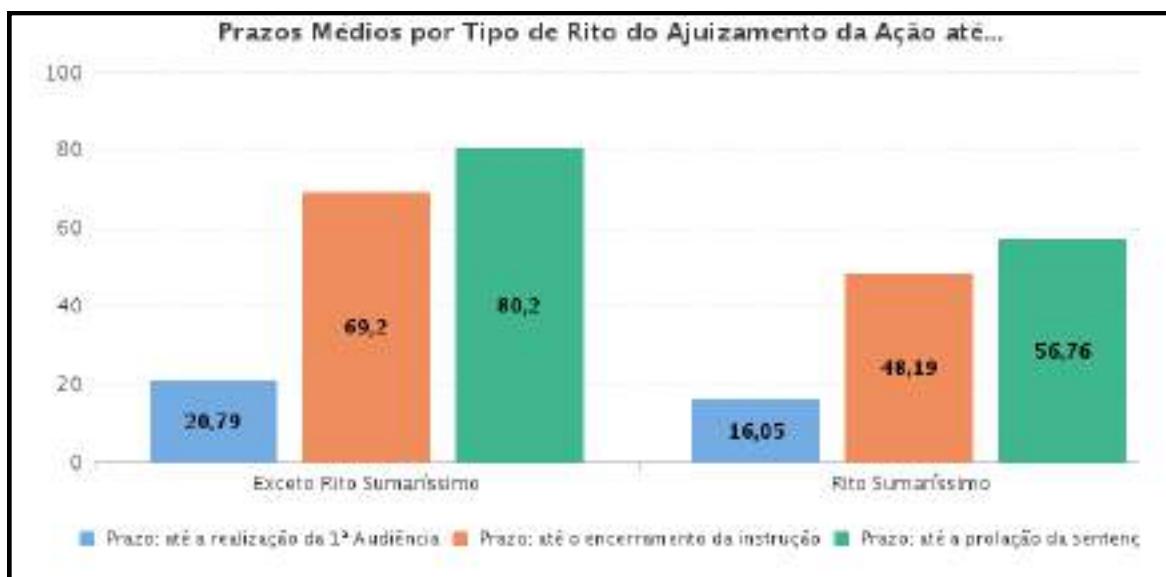
QUADRO 41

| Período de Referência 01/06/2025 a 31/10/2025 (PÓS-EQUALIZAÇÃO) | | |
|---|------------|-------|
| DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ: | TOTAL | |
| | QUANTIDADE | PRAZO |
| (A) REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA | 213 | 18,61 |
| (B) O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | 289 | 59,24 |
| (C) A PROLAÇÃO DA SENTENÇA | 294 | 68,79 |

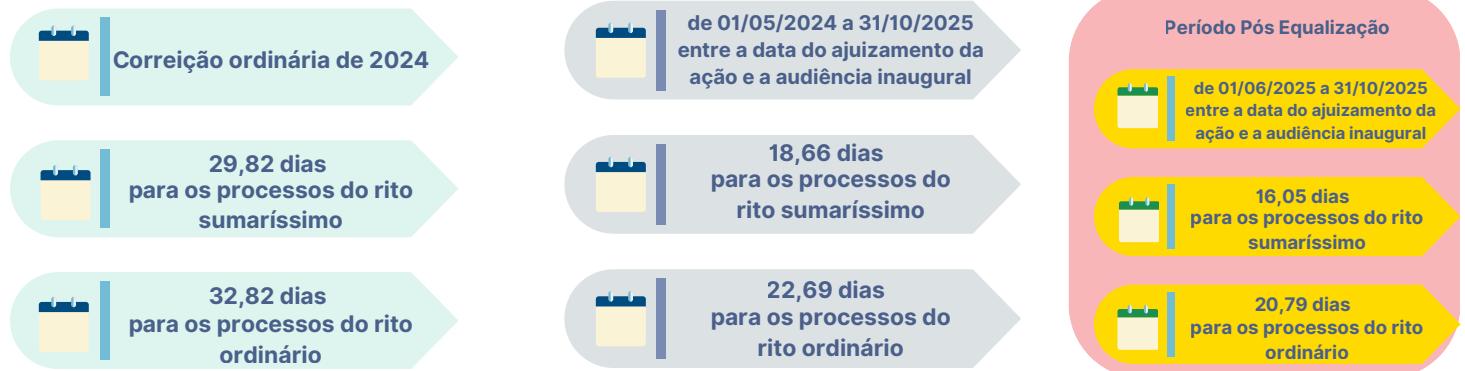
Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios de Resumo → K- Prazos Médios → K.1 Fase de conhecimento → K.1.1 A partir do ajuizamento da ação.

Analizando os prazos médios acima para o período de 01/06/2025 a 31/10/2025, o tempo para a realização da primeira audiência, a contar do ajuizamento da ação, é de 18,61 dias. O processo avança para o encerramento da instrução em um prazo médio de 59,24 dias, culminando na prolação da sentença em um tempo médio total de 68,79 dias.

No quadro abaixo, há um detalhamento dos prazos médios por tipo de rito do ajuizamento da Ação: 20,79 para o rito ordinário e 16,05 para o rito sumaríssimo.



9.1.1. AUDIÊNCIA INAUGURAL



Observa-se uma tendência de redução no tempo médio para a realização da audiência inaugural ao longo dos períodos analisados. A comparação entre os dados da Correição Ordinária de 2024 e o período subsequente, de 01 de maio de 2024 a 31 de outubro de 2025, revela uma melhora significativa nos prazos para a primeira audiência.

Na Correição de 2024, o tempo médio para os processos do rito summaríssimo era de 29,82 dias, enquanto para o rito ordinário era de 32,82 dias. No período seguinte, compreendido entre maio de 2024 e outubro de 2025, houve uma redução nesses indicadores, que passaram para 18,66 dias no rito summaríssimo e 22,69 dias no rito ordinário.

Ao analisar o 'Período Pós Equalização' (de 01/06/2025 a 31/10/2025), nota-se uma nova redução em ambos os ritos, em comparação com os dados do período anterior. Os prazos passaram para 16,05 dias no rito summaríssimo e 20,79 dias no rito ordinário. Essa melhora contínua consolida uma tendência de aceleração em relação aos dados originais da Correição Ordinária de 2024, indicando uma redução geral no tempo para o agendamento das audiências inaugurais.

9.1.2 ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO



Para a 2a Vara do Trabalho de Rio Branco/AC, no período de 01/05/2024 a 31/10/2025, o prazo médio da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução foi de 43,06 dias.

QUADRO 42

| Período de Referência 01/05/2024 a 31/10/2025 | | |
|---|------------|-------|
| DA REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | TOTAL | |
| | QUANTIDADE | PRAZO |
| (A) DA REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | 1.054 | 43,06 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 14/11/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios de Resumo → K- Prazos Médios → K.1 Fase de conhecimento → K.1.2 Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução.



Prazos Médios por Tipo de Rito da Realização da 1^a Audiência até o Encerramento da Instrução.



A partir da implementação do processo de equalização, disciplinado na Resolução Administrativa Nº 031, de 29 de abril de 2025, ocorrido em 01 de junho de 2025, apurou-se o seguinte quantitativo e seu respectivos prazo:

QUADRO 43

Período de Referência 01/06/2025 a 31/10/2025 (PERÍODO PÓS-CORREICIONADO)

| DA REALIZAÇÃO DA 1 ^a AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | TOTAL | |
|---|------------|-------|
| | QUANTIDADE | PRAZO |
| (A) DA REALIZAÇÃO DA 1 ^a AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO | 250 | 42,42 |

Prazos Médios por Tipo de Rito da Realização da 1^a Audiência até o Encerramento da Instrução.



Correição Pretérita



42,69 dias
Rito Sumaríssimo



53,28 dias
Rito Ordinário



Correição Atual



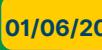
29,43 dias
Rito Sumaríssimo



56,48 dias
Rito Ordinário



Período Pós Equalização



01/06/2025 a 31/10/2025



32,77 dias
Rito Sumaríssimo



53,20 dias
Rito Ordinário



A análise comparativa dos prazos revela uma evolução com movimentos distintos e oscilatórios para cada rito processual ao longo dos períodos observados. A dinâmica entre as correições e o período subsequente demonstra comportamentos divergentes, alternando momentos de melhora e elevação dependendo do rito analisado.

Na Correição Pretérita, o prazo médio para os processos de rito sumaríssimo era de 42,69 dias, enquanto o rito ordinário registrava 53,28 dias. Ao avançar para a Correição Atual, notou-se um cenário misto: o prazo do sumaríssimo apresentou uma melhora substancial, caindo para 29,43 dias, enquanto o rito ordinário registrou uma leve elevação, passando para 56,48 dias.

No 'Período Pós Equalização' (de 01/06/2025 a 31/10/2025), o cenário apresentou nova inversão de tendências. O rito sumaríssimo sofreu um aumento no prazo médio, subindo para 32,77 dias. Em contrapartida, o rito ordinário demonstrou recuperação e redução no tempo médio, caindo para 53,2 dias, retornando a um patamar muito próximo ao observado na Correição Pretérita.

9.1.3 PROLAÇÃO DE SENTENÇAS E DECISÕES

QUADRO 44

| DA CONCLUSÃO ATÉ A PROLACAO DA SENTENCA | 01/05/2024 a 31/10/2025 (PERÍODO CORREICIONADO) |
|---|--|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 12,71 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 03/11/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios Gerenciais - A- Das Varas do Trabalho- 4- Prazos Médios- A.4.2 Por etapas da fase de conhecimento

Para a Vara do Trabalho de Rio Branco/AC, no período de 01/05/2024 a 31/10/2025, o prazo médio entre a conclusão do processo e a prolação da sentença foi de 12,71 dias.

QUADRO 42

| Magistrado | Da Conclusão até a Prolação da Sentença | |
|---------------------------------------|---|--------------|
| | Total | Prazo |
| GISELE DE FATIMA ZANETTE SARRO SOARES | 65 | 10,29 |
| JANAÍNA SALLES RIGITANO | 1 | 17 |
| PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO | 256 | 14,99 |
| RODRIGO GUARNIERI | 374 | 11,39 |
| TATIANE CASELLATTO ROSALEM OLIVER | 9 | 19,67 |
| TOTAL | 705 | 12,71 |

No período de 01/06/2025 a 30/09/2025, pós-equalização, o prazo médio entre a conclusão do processo e a prolação da sentença foi de 19,14 dias.

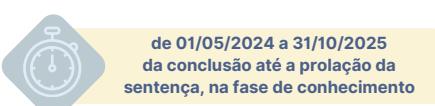
| Magistrado | Da Conclusão até a Prolação da Sentença | |
|----------------------------------|---|--------------|
| | Total | |
| | Qtde | Prazo |
| JANAÍNA SALLES RIGITANO | 1 | 17 |
| PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO | 100 | 21,9 |
| RODRIGO GUARNIERI | 42 | 12,62 |
| TOTAL | 143 | 19,14 |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 14/11/2025. Consulta: E-gestão → Primeira Instância → Relatórios Gerenciais → B- Dos Juízes → 2- Prazos Médios → B.2.1 Da conclusão até a prolação da Sentença.

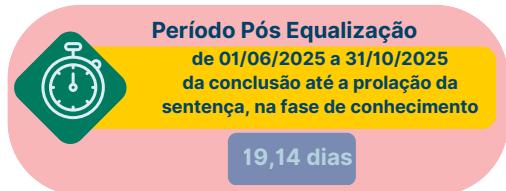


Correição anterior

16,9 dias


 de 01/05/2024 a 31/10/2025
da conclusão até a prolação da
sentença, na fase de conhecimento

12,71 dias



Período Pós Equalização

 de 01/06/2025 a 31/10/2025
da conclusão até a prolação da
sentença, na fase de conhecimento

19,14 dias

No período correicionado (de 01/05/2024 a 31/10/2025), o desempenho dos cinco magistrados que atuaram na Vara no que tange ao prazo médio, em dias, entre a conclusão e a prolação da sentença, totalizando 705 processos analisados com uma média geral de 12,71 dias.

A distribuição por magistrado foi a seguinte: GISELE DE FATIMA ZANETTE SARRO SOARES foi responsável por 65 sentenças, com um prazo médio de 10,29 dias; JANAÍNA SALLES RIGITANO proferiu 1 sentença, com um prazo médio de 17 dias; PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO proferiu 256 sentenças, com prazo médio de 14,99 dias; RODRIGO GUARNIERI proferiu 374 sentenças com prazo de 11,39 dias; e TATIANE CASELLATTO ROSALEM OLIVER proferiu 9 sentenças com prazo de 19,67 dias.

No "Período Pós Equalização" (de 01/06/2025 a 31/10/2025), o quadro detalha o desempenho dos três magistrados que atuaram na Vara no que tange ao prazo médio, em dias, entre a conclusão e a prolação da sentença, totalizando 143 processos analisados com uma média geral de 19,14 dias.

A distribuição por magistrado foi a seguinte: JANAÍNA SALLES RIGITANO foi responsável por 1 sentença, com um prazo médio de 17 dias; PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO proferiu 100 sentenças, com um prazo médio de 21,9 dias; e RODRIGO GUARNIERI proferiu 42 sentenças em um prazo médio de 12,62 dias.



9.1.4 PRAZOS PARA DESPACHOS



No período correcionado, o prazo médio apurado para exarar despachos foi de 1,32 (um vírgula trinta e dois) dias, na fase de conhecimento; 1,64 (um vírgula sessenta e quatro), na de liquidação e 1,69 (um vírgula sessenta e nove), na de execução, o que resulta no prazo médio ponderado de 1,55 (um vírgula cinquenta e cinco) dias.

Oportuno registrar que, em relação à correição anterior, houve uma redução no indicador, na medida em que se apurou 2,29 (dois vírgula vinte e nove) dias, todavia, a permanecer em conformidade com o regramento legal.

Os mencionados prazos estão disponíveis na "Tabela de Prazos para Despacho", aferíveis no QR Code e link ao lado



[Prazos para despacho](#)



prazo médio correição anterior

2,29 dias



prazo médio atual

1,55 dias

9.1.5 PROCESSOS PENDENTES DE SOLUÇÃO



De igual forma, em 31/10/2025, pendiam de solução os quantitativos e percentuais de processos elencados no quadro abaixo:

QUADRO 44

PROCESSOS PENDENTES DE SOLUÇÃO MAIS ANTIGOS

| ANO | QUANTIDADE | PERCENTUAL |
|--------------|------------|----------------|
| 2024 | 1 | 1,01% |
| 2025 | 98 | 98,99% |
| TOTAL | 99 | 100,00% |

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 3- Relatórios Gerenciais → A- Das Varas do Trabalho → 1- Conhecimento → 3- Pendentes de Solução → A.1.3.2 Pendentes de Solução por ano do Processo.

9.2 PRAZOS DA UNIDADE

9.2.1. PRAZO PARA CONCLUSÃO



O prazo médio para conclusão dos processos, pela Secretaria, é de 0,8 (zero vírgula oito) dia, na fase de conhecimento; 1,2 (um vírgula dois), na de liquidação e, 2,2 (dois vírgula dois), na de execução, o que resulta em um prazo médio de 1,4 (um vírgula quatro) dia, conforme QR Code e link ao lado.



Prazos para conclusão



Prazo médio correição anterior

1,47 dias



Prazo médio total

1,4 dias

Verifica-se que o atual prazo médio para conclusão, quando comparado à correição anterior, teve um pequeno decréscimo, permanecendo em desacordo com o regramento legal (Art. 228 do CPC), o que será objeto de recomendação.

9.2.2. PRAZO PARA CUMPRIMENTOS DE DETERMINAÇÕES



Verifica-se que os prazos atuais para cumprimento de determinações indicavam 0,6 (zero vírgula seis) dias, na fase de conhecimento; 4,2 (quatro vírgula dois) na de liquidação e 3 (três) na de execução, o que resulta na média de 2,6 (dois vírgula seis) dias, em patamar acima do que o aferido na correição pretérita, quando o indicador era 2,47 (dois vírgula quarenta e sete) dias, em conformidade com o regramento legal (Art. 228 do CPC).



Prazos para cumprimento

Os mencionados prazos estão disponibilizados na "Tabela de Prazos para Despacho", aferíveis no QRCode e link ao lado.

10. ATIVIDADES DE DOCÊNCIA DOS MAGISTRADOS(AS)



Em atendimento aos Arts. 3º, 4º e 27 da Resolução CNJ N° 034/2007, com as respectivas alterações, notadamente a procedida pela Resolução CNJ N° 373, de 12 de fevereiro de 2021, a qual alterou o art. 4º-A e revogou o Art. 5º-A da Resolução CNJ N° 34/2007, foi encaminhado o Memorando Circular N° 08/2017/SC a todos(as) os(as) Juízes(as) de 1º grau, informando acerca da disponibilização do sistema a que faz referência o *caput* do Art. 3º, no âmbito deste Tribunal, e da necessidade de que os(as) próprios(as) magistrados(as) interessados(as) procedam à inserção de seus dados na ferramenta.

Conforme informações prestadas pela unidade, verifica-se que os magistrados da Unidade não exercem atividade de docência.

11. SISTEMA I-GEST



O Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho – I-Gest – foi desenvolvido pela CGJT a partir do Mapeamento Global de Desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões, tendo como objetivo central a contribuição para o aprimoramento da gestão das Varas do trabalho do país. É de se pontuar que foi considerado o período de 01/05/2024 a 30/09/2025, última atualização do e-Gestão.

11.1. ÂMBITO REGIONAL/NACIONAL



a) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho desta 14ª Região (32 Varas):

QUADRO 45

| Unidade | Faixa de Casos | Acervo (Peso 0,2) | Celeridade (Peso 0,2) | Produtividade (Peso 0,2) | Taxa de Congestionamento (Peso 0,2) | Força de Trabalho (Peso 0,2) | Resultado | Colocação |
|--------------------------------------|----------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | - | 0.0572 | 0.1074 | 0.0762 | 0.0882 | 0.1083 | 0.4373 | 18º |

b) no âmbito do Nacional, por faixa de casos novos, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CSJT Nº 63/2010 (28 Varas):

QUADRO 46

| Unidade | Faixa de Casos | Acervo (Peso 0,2) | Celeridade (Peso 0,2) | Produtividade (Peso 0,2) | Taxa de Congestionamento (Peso 0,2) | Força de Trabalho (Peso 0,2) | Resultado | Colocação |
|--------------------------------------|----------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | - | 0.1356 | 0.2509 | 0.4953 | 0.4045 | 0.5 | 0.3573 | 129º |

c) no âmbito do Nacional (1.570 Varas):

QUADRO 47

| Unidade | Faixa de Casos | Acervo (Peso 0,2) | Celeridade (Peso 0,2) | Produtividade (Peso 0,2) | Taxa de Congestionamento (Peso 0,2) | Força de Trabalho (Peso 0,2) | Resultado | Colocação |
|--------------------------------------|----------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------|
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC | 1001 a 1500 | 0.1063 | 0.3064 | 0.487 | 0.3883 | 0.5 | 0.3576 | 352º |

**d) Comparativo do desempenho da Unidade Judiciária, nos três períodos mais recentes:****QUADRO 48**

| Ano | Acervo (Peso 0,2) | Celeridade (Peso 0,2) | Produtividade (Peso 0,2) | Taxa de Congestionamento (Peso 0,2) | Força de Trabalho (Peso 0,2) | Resultado | Colocação |
|-------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------|
| 2022 | 0.1475 | 0.3005 | 0.5663 | 0.3449 | 0.3575 | 0.3433 | 373º |
| 2023 | 0.1227 | 0.3079 | 0.6005 | 0.3305 | 0.3797 | 0.3483 | 391º |
| 2024 | 0.1007 | 0.323 | 0.3898 | 0.378 | 0.4647 | 0.3312 | 248º |
| 01/05/2024 - 30/09/2025 | 0.1063 | 0.3064 | 0.487 | 0.3883 | 0.5 | 0.3576 | 352º |

11.2. ÂMBITO REGIONAL

De acordo com o módulo denominado I-GEST 14, vinculado ao sistema CANDIRU, observa-se que a Unidade obteve o seguinte desempenho nos seguintes meses:

QUADRO 49

| Classificações nos últimos seis meses | | | |
|---------------------------------------|-----|---------------|-----|
| MAIO/2025 | 15º | AGOSTO/2025 | 13º |
| JUNHO/2025 | 11º | SETEMBRO/2025 | 18º |
| JULHO/2025 | 16º | OUTUBRO/2025 | 21º |

12. CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO**12.1. METAS NACIONAIS PARA 2025**

Metas do CNJ - Resultados acumulados até 31/10/2024:

QUADRO 50

| Unidade | Meta 1 | Meta 2 | | Meta 3 | Meta 5 | IAM c/ cláusula | IAM s/ cláusula |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|--------|-----------------|-----------------|
| | | 93% | 98% | | | | |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRNCO/AC | 106,28% | 106,38% | 100,00% | 116,49% | 90,82% | 100,00% | 98,16% |

A seguir discriminam-se os resultados atualizados até 31/10/2025:

| Unidade | Meta 1 | Meta 2 | | Meta 3 | Meta 5 | IAM c/ cláusula | IAM s/ cláusula |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | 94% | 100% | | | | |
| 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRNCO/AC | 106,97% | 135,61% | 102,04% | 143,40% | 124,71% | 100% | 100% |

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobreestados no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Meta 3 – Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

12.2. ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUADROS 43 E 44 – VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC

A comparação entre os dados constantes nos Quadros 43 e 44 revela uma aparente diminuição no desempenho da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC.

Meta 1 - Corresponde ao julgamento de quantidade igual ou superior ao número de processos distribuídos no ano, a unidade apresentou um pequeno aumento, passando de 106,28% para 106,97%.

Meta 2 - Ocorreu aumento de 106,38% para 135,61% e 100,00% para 102,04%, permanecendo com o desempenho acima do referencial fixado pelo CNJ, demonstrando a continuidade do comprometimento da unidade com a celeridade na tramitação dos processos mais antigos.

Meta 3 - Houve um incremento de 116,49% para 143,40%, desempenho acima do índice de conciliação do referencial estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Meta 5 - O Desempenho passou de 90,82% para 124,71% na taxa de congestionamento.

É de se ponderar, que a 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC apresentou aumento no percentual de todas as metas, demonstrando diligência na condução processual.

Para tanto, observe-se no “Detalhamento da meta 1”, disponibilizado na ferramenta de Business Intelligence (BI) no endereço eletrônico abaixo descrito, onde se verifica a existência, nesta data (26/11/2025), de 38 processos aguardando a primeira audiência e 64 com instrução em andamento.

O quadro que se apresenta, quando em foco o período após o processo de equalização da força de trabalho, está relacionado ao maior quantitativo de processos distribuídos para esta unidade jurisdicional, fato esse que, jungido à inexistência de processos pendentes de julgamento de anos anteriores, insinua uma aparente diminuição estatística na produção.



[Business Intelligence \(BI\)](#)

12.3. META ESPECÍFICA PARA JUSTIÇA DO TRABALHO



Oportuno destacar que os(as) Presidentes ou Representantes dos Tribunais do país, reunidos nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram Metas Específicas dirigidas ao Judiciário Brasileiro para cumprimento ao longo do ano de 2025.

Ressalta-se que foi definida meta específica de promoção à saúde de magistrados(as) e servidores(as), a partir da realização de exames periódicos [15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as)], além da necessidade de a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior;

Em relação a 2024, a Unidade informou que Assistente de Juiz Victor Kalid Belarmino e o Assistente de Gabinete de 1º Grau Marcos Roberto Belém Lacerda, realizaram os exames periódicos.

Diante das informações prestadas pela Unidade, tem-se por cumprida a meta em análise, entretanto, impõe-se recomendar que seja promovida a realização dos exames dos(as) demais servidores(as), com o devido encaminhamento à CAS, tendo em mira não apenas o cumprimento da Meta 10 do CNJ, mas, sobretudo, no intuito de se preservar a sanidade física e mental do seu quadro lotacional.

12.4. PLANO DE TRABALHO 2025 REFERENTE AS METAS CNJ

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025.

Para acompanhar o Plano de Ação de cumprimento das Metas Nacionais 1, 2 e 3 do Poder Judiciário foi autuado o PROAD Nº 201/2025. Contudo, considerando o cumprimento pela 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC da Meta 1 do CNJ, que interfere diretamente no cumprimento das Metas 3 e 5, desnecessária a apresentação do plano de ação pela unidade.

12.5. MONITORAMENTO DOS PAINÉIS ESTATÍSTICOS

Durante a realização dos trabalhos, a equipe de correição apresentou os painéis estatísticos disponíveis do TRT-14 a Magistrados e servidores para monitoramento do desempenho da unidade, conforme *link* e QR Code abaixo. Dentre os tópicos sensíveis apresentados, destacaram-se os seguintes: Igest-14, Metas do CNJ, celeridade, prazos médios, taxas de conciliação, produtividade e congestionamento nas fases de conhecimento e execução.



Igest-14



Metas CNJ

12.6. PROJETO BAIXAR PARA DESCONGESTIONAR



A PORTARIA CONJUNTA PRE-COR N.º 006, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025, instituiu, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, a política de gestão judiciária denominada “Baixar para Descongestionar”, consistente na implementação de um calendário institucional de ações por meio de semanas temáticas de baixa processual, conforme agenda previamente divulgada (anexo da Portaria).

A Semana Temática “Baixa de Processos 14” compreende o desenvolvimento coordenado de ações institucionais voltadas à redução da taxa de congestionamento, conforme metas da Administração Regional, sob coordenação da Presidência e da Corregedoria Regional, com o apoio da Secretaria-Geral Judiciária, das Unidades Judiciárias e das Unidades de Apoio Administrativo e Judiciário do TRT14.

Nesse contexto, conclama-se o engajamento de magistradas(os) e servidores(es) das unidades referidas no planejamento e execução das atividades previstas nesta Portaria, resguardado o atendimento a expedientes urgentes e prazos processuais.

Com o intuito de facilitar a identificação de processos passíveis de baixa, desenvolveu-se painel estatístico que relaciona o número do processo, a Unidade Judicial, a classe e a respectiva fase processual, conforme link e QR Code abaixo.



[PORTARIA PRE-COR 006-2025](#)



[CALENDÁRIO](#)



[PAINEL ESTATÍSTICO](#)

13. DEMANDAS EM PARCERIA COM O CENTRO DE INTELIGÊNCIA



O Centro de Inteligência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, instituído pela Portaria GP N° 302, de 15 de abril de 2021 (Revogada) e alterada pela Portaria GP N° 0079, de 30 de Janeiro de 2023, está a manter estreita parceria com esta Corregedoria Regional com vistas, principalmente, ao alinhamento das medidas a serem adotadas no âmbito deste e. Regional, a atingir maior amplitude de seus resultados. Por meio do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.SETIC N° 170/2023, datado de 04/07/2023, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho apresentou o projeto Solária, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e, agora, nacionalizado, o qual consiste em uma plataforma para criação e hospedagem de robôs, voltada à automação de tarefas repetitivas das unidades judiciárias e integrada ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Em recente reunião realizada pelo Grupo Decisório do Centro de Inteligência, deliberou-se pela abordagem durante as correições regionais acerca da utilização módulos satélites do PJe ligados ao aludido projeto, denominado RJ9. O robô traz informações sobre alvarás para o processo de forma automatizada (alvará, intimação da parte e registro do pagamento) e requer habilitação da unidade apenas no primeiro acesso.



Em consulta à Unidade Correcionada, esta informou que utiliza as duas ferramentas.

De idêntica forma, resultou deliberado pelo Centro de Inteligência a necessária abordagem, por ocasião dos trabalhos correcionais, do sistema PANGEA, o qual consiste em uma ferramenta desenvolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para pesquisa de precedentes qualificados nacionais e regionais. Todos(as) os(as) Magistrados(as) e Assistentes deste Regional são previamente cadastrados.

14. COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS E INICIATIVAS PROCEDIMENTAIS

EXPERIÊNCIAS E INICIATIVAS

A presente abordagem tem como propósito prestigiar e destacar experiências exitosas implementadas pelas Unidades Correcionadas, reconhecendo práticas que, pela sua relevância e eficácia, contribuem de forma significativa para o fortalecimento da atividade jurisdicional. Trata-se de iniciativa voltada a fomentar a cooperação institucional e a difusão de soluções inovadoras, de modo a potencializar o cumprimento da missão deste Regional, em sintonia com os princípios da eficiência, da transparência e da celeridade processual.

O registro e a valorização dessas práticas constituem importantes instrumentos de aprimoramento da prestação jurisdicional, na medida em que permitem identificar alternativas criativas para desafios recorrentes, possibilitam maior uniformidade de procedimentos e reforçam o compromisso da Justiça do Trabalho com a modernização e com a racionalização das rotinas de trabalho.

Nesse cenário, ao ser instada a prestar esclarecimentos quanto aos procedimentos atualmente adotados, a Unidade Correcionada não se manifestou a respeito.

15. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RESPONSABILIDADE

Considerando a Resolução Administrativa Nº 54/2022, que instituiu a Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade, Programas Sociais, de Iniciativas Nacionais e Gestão de Projetos, subordinada à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, esta Corregedoria tem avaliado a participação das Unidades neste particular. Indagada, a Unidade informou que *“A unidade não faz uso de descartáveis, exceto para o público externo, e imprime apenas o estritamente necessário, além de manter constante vigilância sobre o uso de luzes e ar condicionado, restringindo-os aos ambientes em funcionamento.”*



16. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E DESTINAÇÃO DE VALORES



Os Programas Institucionais, além de proporcionar algum alento e momentos prazerosos, propicia aos(as) estudantes e cidadãos(as) a oportunidade de conhecerem o funcionamento e a estrutura da Justiça do Trabalho e a ela terem acesso, como medida de emancipação da cidadania.

Neste escopo, instada a se manifestar sobre a realização de programas institucionais, a unidade informou o seguinte: “*O Magistrado Rodrigo Guarnieri participou como palestrante do I Seminário de Perícia Médica e Medicina Legal, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre, atividade ligada à temática da Comissão Regional do Trabalho Seguro do TRT da 14ª. Região (12/4/2025).*

O Magistrado Paulo Henrique Gonçalves Tenório participou de roda de debate acadêmico na sede da OAB/AC, com participação também de representantes da UFAC (curso de Direito), SRTE/AC, MPT. (26/5/2025) e também de programa de rádio Difusora, Programa “Audiência Pública”, conduzido pelo Juiz de Direito Cloves Ferreira, a convite da Comissão da Advocacia Trabalhista, para esclarecer a população sobre a importância da Justiça do Trabalho.”

Em relação a destinações de valores, a Unidade assim se manifestou: “*Houve a destinação nos autos da Execução de Termo de Ajuste de Conduta 00069100-88.2000.5.14.0402 do valor de R\$7.461.521,37 para projeto que tinha como beneficiário o Corpo de Bombeiros do Estado do Acre, para a aquisição de uma aeronave.*”

Oportuno consignar que, nos termos do Acórdão Nº 1955/2023-TCU-Plenário (Doc. 2), de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, prolatado na sessão de 20/09/2023, resultado da análise dos autos do processo TC 007.597/2018-5, restou decidido que: “[...] a destinação alternativa das indenizações em dinheiro e das multas oriundas da aplicação da Lei da Ação Civil Pública (Lei Nº 7.347/1985), sem o recolhimento ao fundo federal preconizado no art. 13 da respectiva lei e regulamentado pelo Decreto Nº 1.306/1994, ressalvadas as hipóteses em que legislação especial lhes prescreva destinação específica, ofende os princípios e as regras pertinentes ao ciclo orçamentário, estabelecidos na CF/1988 (Art. 165, § 5º, e Art. 167), na Lei Nº 4.320/1964 (Arts. 2º, 3º, 59, 60, 72, entre outros), na Lei Complementar Nº101/2000, no Decreto Nº 93.872/1986, e os critérios legais para a transferência de recursos da União (Lei Nº 13.019/2014 e Decreto Nº 6.170/2007).

Recentemente, contudo, em decisão cautelar proferida nos autos da ADPF Nº 944, o Ministro Flávio Dino (STF) determinou que “as condenações em ações civis públicas trabalhistas, por danos transindividuais, devem ser direcionadas para: I) o FDD (Fundo dos Direitos Difusos) ou para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); ou II) Alternativamente, devem observar os procedimentos e medidas, inclusive de transparência na prestação de contas, regulados na Resolução Conjunta Nº 10 do CNJ e do CNMP. Esta determinação também se aplica aos acordos em ações ou inquéritos civis públicos relacionados a direitos trabalhistas”. Dessa feita, até ulterior decisão do Plenário do STF, é possível a destinação na forma da Resolução Conjunta Nº 10 do CNJ e do CNMP, desde que observadas as suas diretrizes.



17. ASPECTOS DA LEI N° 13.709/2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS (LGPD)



Detectados casos a envolver divulgações de chaves de acesso para peças processuais publicadas no Diário Eletrônico, a Corregedoria Regional, em parceria com a SACLE, a se ter em conta as implicações contidas na Lei N° 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), expediu Memorando Circular nº 001/2023/TRT/SACLE, datado de 16/03/2023, pelo qual se recomendou a revisão dos modelos adotados. da aludida orientação.

Recentemente, foram detectados novos achados no particular, cenário informado a todas as Unidades por intermédio do MEMORANDO CIRCULAR N° 012/2024/TRT14/SGJ, datado de 29/04/2024, a compartilhar a relação de documentos sensíveis para tratamento individualizado.

Indagada, a Unidade se manifestou no sentido de que procedeu à revisão dos modelos.



MEMORANDO
CIRCULAR N°
012/2024/TRT14/SGJ



Documentos
abertos PJE
publicados no
DEJT

18. OBRIGATORIEDADE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PJECOR



O sistema PJECOR, instituído por meio do Provimento CNJ N° 102/2020 e com uso regulamentado, no âmbito deste Tribunal, pela Resolução Administrativa N° 087/2020, foi adotado como ferramenta oficial para tramitação de todos os processos de competência da Corregedoria Regional, em substituição ao sistema PROAD.

Consultada, a Unidade informou que acessa o sistema diariamente.



Link de acesso ao
PJECOR

19. FERRAMENTA WIKI



FERRAMENTA

O Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI VT – é uma ferramenta de gestão do conhecimento que descreve e orienta as rotinas das Secretarias das Varas do Trabalho, servindo de instrumento de acesso rápido e eficaz para compreensão das atividades procedimentais realizadas no âmbito do 1º grau de jurisdição.



Link de acesso ao
WIKI VT



Art. 29
Art. 32

.....
PROVIMENTO N° 4/GCGJT,
DE 26 DE SETEMBRO DE
2023

No particular, através do Provimento N° 2 /GCGJT, de 18 de abril de 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho acrescentou o inciso VIII ao artigo 29 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral do Trabalho, atualizado em set/2023, com a seguinte redação:

Art. 29. Compete ao Corregedor Regional: [...] VIII - orientar os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT na tramitação dos processos".

Nesse mesmo sentido, vaticina o inciso VI ao artigo 32:

Art. 32. O Corregedor Regional deverá realizar correição ordinária anual em cada vara do trabalho do tribunal respectivo, cabendo-lhe examinar: [...] VI - a regular utilização, pelos magistrados e servidores, da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT na tramitação dos processos".

Em ato conjunto da Corregedoria Regional e a Secretaria-Geral Judiciária, promoveu-se reunião com todos(as) os(as) Diretores(as) de Secretaria, à época, a qual foi realizada no dia 25/05/2023, com resultado satisfatório, nos termos da ata de ID 2957247 do PJeCor N° 0000064-44.2023.2.00.0514 - autuado para esse fim. Naquela ocasião, foram apresentadas as funcionalidades da ferramenta e sanadas as dúvidas.

Indagada, a Unidade informou que “*A unidade utiliza a ferramenta para consultas pontuais relativas ao fluxo de ações menos comuns, embora, no momento, esteja indisponível aos usuários.*”

20. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CHAT-JT



No dia 03 de fevereiro de 2025, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) lançou o projeto de Inteligência Artificial da Justiça do Trabalho e com ele a primeira ferramenta de IA generativa (Chat-JT), que foi desenvolvida para contribuir com o trabalho de magistrados, servidores e estagiários da instituição de forma mais segura e eficiente.

Em suma, o Chat-JT é uma ferramenta similar aos principais produtos de mercado, mas voltado exclusivamente para auxiliar profissionais da Justiça do Trabalho nas suas mais diversas atividades, tais como, a automatização de consultas, rotinas dos fluxos de trabalho e na tomada de decisões estratégicas.

Com a ferramenta é possível, entre outras coisas:

- Otimizar a consulta de leis e jurisprudência (Sistema Falcão);
- Consultas inteligentes às diversas bases de dados internas da instituição;
- Assistência na criação de ementas no padrão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Análise de documentos; e
- Criação de assistentes personalizados para área jurídica e administrativa.



Nesse contexto, orientam-se magistrados, servidores e estagiários a fazer efetivo uso dessa valiosa ferramenta na sua rotina de trabalho, a fim de otimizar procedimentos e atribuições funcionais, inclusive conforme nova regulamentação do CNJ sobre a matéria disciplinada na Resolução N° 615, de 11 de março de 2025. A unidade informou que faz uso do CHAT-JT.

21. DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Encontra-se implantado no âmbito da 14ª Região, por meio da Portaria GP N° 0297, de 13 de abril de 2021, vinculado à Corregedoria Regional, o Núcleo de Cooperação Judiciária, constituindo importante instrumento para a efetividade e celeridade processual, permitindo a otimização de recursos, a prevenção de decisões conflitantes, a gestão eficiente de demandas repetitivas e o compartilhamento de práticas exitosas entre unidades judiciárias, contribuindo diretamente para o cumprimento do princípio constitucional da durabilidade do processo.

A Corregedoria Regional recomenda a identificação e a utilização dos mecanismos de cooperação previstos no artigo 6º da Resolução CNJ N° 350/2020, que incluem:

- Auxílio direto: Forma de cooperação em que um juízo ou órgão judiciário presta assistência direta a outro, sem a necessidade de remessa do processo.
- Reunião de processos: Estratégia para centralizar a tramitação de processos que compartilhem elementos semelhantes, permitindo maior eficiência e uniformidade nas decisões.
- Prestação de informações: Garantia de acesso rápido e efetivo às informações necessárias para o desenvolvimento de atos processuais.
- Centralização de processos repetitivos: Agrupamento de casos com teses jurídicas idênticas para facilitar e agilizar a tramitação e julgamento.
- Prática de atos conjuntos: Realização de audiências, reuniões ou outros atos processuais em cooperação entre órgãos judiciários diferentes, sempre que for necessário integrar esforços.

Para mais informações, orientações detalhadas e pedidos de Cooperação deve ser acessado o portal do TRT14 por meio do link: <https://portal.trt14.jus.br/portal/servicos/cooperacao-judiciaria>.



O procedimento detalhado para registro da cooperação judiciária no sistema PJe está disponível no QRcode ao lado:

Para assegurar a rastreabilidade e o acompanhamento das ações de cooperação realizadas, recomenda-se que todos os atos de cooperação sejam devidamente registrados e comunicados ao Núcleo de Cooperação Judiciária. Essa prática é essencial para promover a transparência e garantir que as informações sejam integradas ao sistema DataJud, conforme os padrões estabelecidos.

22. REGISTROS DA UNIDADE



REGISTROS

Ao ser indagada, a unidade não realizou registros adicionais.

23. ATENDIMENTO REALIZADO PELO CORREGEDOR

O Excelentíssimo Corregedor Regional recebeu a visita do ilustre advogado PEDRO RAPOSO BAUEB, OAB/AC 1140, que relatou sua satisfação com os trabalhos desenvolvidos pelas Varas do Trabalho da capital, assim como da Secretaria Unificada do Polo de Rio Branco.

23. RECOMENDAÇÕES DO CORREGEDOR REGIONAL RECOMENDAÇÕES

O Excelentíssimo Desembargador **CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO**, Vice-Presidente e Corregedor, no exercício de suas prerrogativas legais, vem apresentar as seguintes recomendações:

23.1. RECOMENDAÇÕES AO JUÍZO:



- 1) Proceda à inclusão de um quantitativo superior de processos em pauta, em atendimento aos princípios da celeridade e razoável duração do processo, nos termos do item 4.1.1.4;
- 3) Observe a necessária concomitância entre a prolação da sentença líquida e a juntada da respectiva planilha de cálculo, conforme registrado no tópico 4.2.1;
- 2) Monitore o prazo para conclusão dos processos para sentença, tão logo encerrada a audiência de instrução, conforme determinado no Provimento TRT14^a Nº 6/2015/SCR (item 4.1.5);
- 4) Implemente medidas para a redução do prazo médio na fase de execução, conforme tópico 4.3.4;
- 5) Adote medidas voltadas ao incremento da performance relacionada ao Prêmio CNJ de Qualidade, criado em 2019, sucessor do Selo Justiça em Números, implementado em 2013, conforme registrado no item 5;

23.2. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

Expedição de memorando ao Juiz Diretor e ao Secretário do Polo Regional de Rio Branco, noticiando acerca das constatações a seguir, bem como solicitando a adoção de providências cabíveis:

- 1) Existência de perícias pendentes de finalização, as quais requerem monitoramento a fim de que o ato pericial seja realizada em prazo razoável, nos termos do item 4.1.7.1;
- 2) Necessidade de conclusão da instrução processual para pagamento dos honorários periciais, notadamente em relação ao PROADs autuados para este fim, evitando que sejam devolvidos para ulterior regularização ou diligência, tudo nos termos no tópico 4.1.7.2
- 3) Adoção de providências para regularização das contas judiciais e recursais relacionadas ao Projeto Garimpo, nos termos do item 4.3.5, “f”;
- 4) Monitoramento dos prazos médios para conclusão, com vistas ao cumprimento do prazo normatizado (art. 228 do CPC), nos termos do item 9.2.1;

Outrossim, as orientações a seguir possuem caráter prescritivo, tem em vista que tem sido observadas pelo Polo Regional de Rio Branco, as quais também devem constar do supracitado memorando:

- 1) Atualização do valor das RPV's no mesmo mês de expedição da requisição de pagamento, conforme estabelece o Art. 50 da Resolução CNJ N° 303/2019
- 2) Juntada, nos autos do PJe, da documentação que demonstre a autuação e a quitação das respectivas RPVs no sistema GPrec;
- 3) Em relação à expedição de precatório complementar, quando apurada a existência de diferenças em favor do credor, em decorrência de procedimento de revisão do precatório, este deve ser vinculado ao precatório principal para definição da modalidade de requisição, nos termos do Art. 23 da Resolução CNJ N° 303/2019 e do Art. 12-E da Resolução CSJT N° 314/2021, diante da vedação de expedição de RPV para pagamento de diferenças de precatórios;
- 4) Apuração de eventuais atrasos no pagamento das RPVs e fiscalize o cumprimento das medidas executórias subsequentes, para efeito de sequestro e pagamento ao credor, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do vencimento da requisição, não apenas por ser medida de gestão, mas também de transparência, devendo ainda zelar pelo correto lançamento dos dados de pagamento das Requisições de Pequeno Valor no GPrec;

23.3. RECOMENDAÇÕES PRESCRITIVAS AO JUÍZO

- 1) Promova a utilização de mecanismos de cooperação judiciária, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ N° 350/2020, primando pelo correto registro e pela comunicação dos referidos atos ao Núcleo de Cooperação Judiciária.
- 2) Adote providências para sensibilizar os magistrados, servidores e a sociedade acerca da importância da solução consensual dos conflitos, para fortalecer a atividade conciliatória e elevar o percentual de conciliações.
- 3) Remetam-se ao CEJUSC de Rio Branco tão somente os processos que se mostrarem realmente passíveis de conciliação, excluindo-se desses casos autos que envolvam entes públicos, empresas em recuperação judicial ou litigantes sabidamente contrários à realização de acordos.
- 4) Em processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, providencie a marcação dos autos com o “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe, a fim de que seu conteúdo seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas.
- 5) Observe a utilização do Domicílio Judicial Eletrônico (DJe) nas notificações e intimações disciplinadas pela Resolução CNJ N° 455/2022, sempre que se mostrar eficiente;
- 6) Em processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, providencie a marcação dos autos com o “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe, a fim de que seu conteúdo seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas.



7) Observe a nova ferramenta de controle e organização das demandas relacionadas à política de manutenção predial da Justiça do Trabalho, prescrita na Portaria GP Nº 1.170, de 05/10/2025, conforme Memorando Circular Nº 11/2025/TRT/14/DG, de 27/10/2025.

8) Empreenda esforços para sanear os processos físicos relacionados ao Projeto Garimpo, conforme divisão de atribuições definida no item 5.5.1,e.2 da ata de correição do Polo Regional de Rio Branco.

24. AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO

ENCERRAMENTO

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor e os membros da equipe correcional agradeceram ao Juiz do Trabalho Substituto, que se encontra no exercício da titularidade, PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO, e aos demais servidores(as) lotados(as) na unidade pela extrema cordialidade de todos(as) no curso dos trabalhos correcionais.

25. INFORMAÇÕES PELO GESTOR DA 2^a VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC



O Magistrado Titular da Unidade, ou quem ele designar, na oportunidade, deverá informar, de maneira detalhada, diretamente no PJeCor Nº0000097-63.2025.2.00.0514, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a iniciar-se da publicação desta Ata, o cumprimento das recomendações correspondentes.

Deverá o(a) gestor(a) responsável pela Unidade dar ciência da presente ata a todos(as) os(as) magistrados(as) que, porventura, venham nela atuar.

Ata assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, Vice-Presidente e Corregedor do TRT da 14^a Região, pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Antonio César Coelho de Medeiros Pereira, pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO, e pelo Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau em Substituição, MARCOS ROBERTO BELEM LACERDA.

Eu, Ilton Sebastião Alves Pequeno, Secretário da Corregedoria Regional em Substituição, a lavrei.

Horário de encerramento da Correição:
16h30min
Data: 11/12/2025



(assinado digitalmente)

Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo
Vice-Presidente e Corregedor do TRT da 14ª Região



(assinado digitalmente)

Antonio César Coelho de Medeiros Pereira
Juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT da 14ª Região



(assinado digitalmente)

PAULO HENRIQUE GONÇALVES TENÓRIO
Juiz do Trabalho Substituto no exercício da titularidade



(assinado digitalmente)

MARCOS ROBERTO BELEM LACERDA
Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau em Substituição